

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 24 | Nº 237 | SETEMBRO DE 2019

ENTREVISTA

O professor de Economia da UFRJ Carlos Eduardo Young avalia impacto das queimadas p.04



Foto: Reprodução



Foto: Arquivos Alcantara

ESPECIAL

Queimadas promovidas por fazendeiros e exploradores de madeira consumiram 790 mil km² de vegetação, quase 20% do bioma no país p.14

Terrorismo contra a Floresta Amazônica

Nesta edição:



Foto: Assoc. Mães e Pais pela Democracia

EDUCAÇÃO

Movimento de pais, alunos e entidades educacionais enfrenta assédio contra professores p.08



Foto: Leonardo Savaris

AMBIENTE

Copelmi e Fepam ignoram comunidades mbyá guarani que vivem na área da Mina Guáiba p.11

EDITORIAL

04 ENTREVISTA

O professor de Economia da UFRJ Carlos Young avalia os impactos das queimadas para o agronegócio

08 EDUCAÇÃO

Movimento de pais de alunos enfrenta o assédio e a censura contra os professores

11 AMBIENTE

Comunidades indígenas que vivem em área a ser ocupada por mineração são invisibilizadas

14 ESPECIAL

Queimadas já destruíram 790 mil km² de vegetação da Floresta Amazônica

18 ENSINO PRIVADO

Eleições em novembro definem a direção colegiada do Sinpro/RS para o triênio 2020/2022

21 WEISSHEIMER

Projeto 'Reino da Desinformação' desvenda a guerra contra a 'ideologia de gênero'

23 ROLIM

Previne, um protocolo para a prevenção da violência nas escolas

24 ARTE +

Vladimir Soares, um virtuose da flauta doce que saiu da periferia de Porto Alegre e conquistou a Europa

Desmonte das políticas ambientais e o dia do fogo

Com uma sucessão de queimadas executada a partir do dia 10 de agosto, por ordem de fazendeiros e exploradores de madeira, a devastação da Amazônia atingiu níveis recordes e provocou a mais grave crise do governo de Jair Bolsonaro (PSL), com protestos em vários estados e repercussão mundial. As imagens da Amazônia em chamas percorreram o mundo e colocaram o país no centro de uma campanha internacional em defesa e de disputa política pela floresta, com ameaças e efetivas sanções comerciais. Em 11 de agosto, o "dia do fogo" chegaria ao seu auge. Dados do Instituto Socioambiental (ISA), que monitora os ataques à Amazônia Legal – estados do Norte e partes do Maranhão e do Mato Grosso – desde 1994, mostram que nesse dia havia 2.548 pontos de incêndio, a maioria acompanhando o traçado da BR 163, onde está concentrada a produção agropecuária da região.

Sinalizadas desde a campanha eleitoral, as medidas de desmonte das políticas e de fragilização da fiscalização ambiental explicam em boa parte o que está acontecendo no país. Algumas dessas intenções se transformaram em ações e declarações de combate às políticas de preservação do meio ambiente. Não faltam exemplos concretos desse desmonte.

Desde que assumiu, Bolsonaro extinguiu a Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas,

ligada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Subsecretaria Geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, transferiu o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) do MMA para o Ministério da Agricultura e a Agência Nacional de Águas (ANA) do MMA para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Também reduziu de 96 para 23 o número de membros do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), diminuindo a representação de ONGs e estados; militarizou a diretoria e chefias regionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); exonerou e substituiu superintendentes estaduais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O governo também extinguiu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia, aprofundando a crise diplomática com a Alemanha e a Noruega. Somem-se a tudo isso os ataques ao trabalho de agentes do Ibama e do ICMBio, à fiscalização, à pesquisa e ao monitoramento de florestas feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), cujos indicadores sobre a destruição da Amazônia foram contestados pelo presidente Bolsonaro e pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. O então presidente do Inpe, Ricardo Galvão, foi exonerado em julho.

DESTAQUES

Nesta edição, o professor de Economia da UFRJ Carlos Eduardo Young avalia em entrevista a repercussão do desmatamento e queimadas para as exportações e afirma que o agronegócio deverá buscar a certificação de seus produtos para reconquistar mercados internacionais. Em Porto Alegre, um movimento de pais de alunos se une a entidades educacionais e procuradores estaduais e federais no combate ao cerceamento à liberdade de ensinar e aprender e casos de assédio contra professores nas escolas; e o crescimento dos casos de autolesão de crianças e adolescentes que preocupam professores. A reportagem do *Extra Classe* revela que comunidades indígenas foram desconsideradas no projeto de mineração de carvão que a Copelmi deseja implantar na Grande Porto Alegre; e a cobertura das queimadas na Amazônia. Completam a edição os colonistas do *Extra Classe* e os acontecimentos do ensino privado. Confira na página 18 os preparativos para a eleição em novembro que definirá a nova direção do Sinpro/RS.

Boa leitura!

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Clarinha Glock, Fernanda Wenzel, Flavio Ilha, Gilberto Luiz Ludwig e Marcia Santos

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615
denise.benites@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclasse.org.br fb.com/jornalextraclasse

Petróleo e gás

SANTIAGO

A Petrobras comemorou em agosto sucessivos recordes na produção de petróleo e gás. A produção total, incluindo líquidos de gás natural (LGN), em agosto foi de 3 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), tendo a produção diária alcançado 3,1 milhões de barris, ambas atingindo recorde. Além disso, a média da produção no pré-sal (incluindo a parcela dos parceiros), nesse mês, foi de 2,2 milhões barris/dia, tendo a produção diária atingido 2,5 milhões de barris, outro recorde comemorado pela estatal. As sete novas plataformas que entraram em operação desde 2018 alcançaram a produção de 690 mil barris de óleo por dia em 8 de agosto, com destaque para o crescimento da produção no Campo de Búzios, na bacia de Santos (SP).

Manobra estatutária

Em Ação Popular protocolada junto à 3ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do RJ, no final de agosto, sindicatos dos trabalhadores da Petrobras e da BR Distribuidora cobram a impugnação da Assembleia do Conselho de Administração que aprovou em abril mudanças consideradas ilegais no estatuto da companhia, permitindo a venda do controle de subsidiárias apenas com a aprovação do Conselho de Administração, sem passar pelos acionistas, o que contraria a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6404/76). Após a mudança no estatuto, a empresa anunciou a venda de oito refinarias.



Crime organizado e a destruição da Amazônia

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que não será reconduzida ao cargo, afirmou em encontro com procuradores da União Europeia, no dia 2 de setembro, que o crime organizado é responsável pelo desmatamento da Floresta Amazônica e que, segundo informações apuradas pelo Ministério Público Federal (MPF), há indícios da existência de associação entre os grupos que derrubam a mata e os compradores de madeira no exterior, para onde segue grande parte do produto extraído ilegalmente no território nacional. Sem qualquer referência à exposição semanal dos cada vez mais graves desvios de conduta dos procuradores da Lava Jato pela série de reportagens do site *The Intercept Brasil*, a procuradora defendeu a valorização do papel do MPF dentro do sistema penal acusatório e o investimento em mecanismos de cooperação internacional que levem em conta as características de cada tipo de delito, com ações tanto no plano doméstico quanto no internacional.

Ao avaliar o tema do desmatamento no Brasil, a procuradora-geral enfatizou que a questão deve ser enfrentada como fenômeno transnacional. "As informações que temos é de uma associação estreita entre quem desmata e quem compra madeira. Entre quem desmata, e põe fogo na mata, e quem usa essa madeira no exterior. (A madeira) não é usada só no território brasileiro. Aliás, é poucas vezes usada no território nacional. Inclusive, porque o porto do escoamento é no Norte do Brasil, não é para dentro do Brasil", afirmou a procuradora-geral. Segundo ela, o empreendimento de desmatamento é muito oneroso. "Porque adentrar a floresta, desmatá-la numa primeira fase com uso de mão de obra escrava, carregar aquelas toras, encaminhá-las pelo rio até chegar ao porto, transportá-las de navio até o exterior é obra de uma organização e de um engendramento que não é fruto de coautoria, de uma ação ocasional não planejada", acrescentou.

Dodge reforçou a necessidade da implementação de ações de cooperação entre o Ministério Público brasileiro e autoridades estrangeiras, ressaltando que é preciso enfrentar o problema do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro com instrumentos que vedem transferência dissimulada para o exterior, de valores do patrimônio público brasileiro. "Inclusive, porque os outros países têm sido santuário do desvio do dinheiro do patrimônio público brasileiro. Se não houver cooperação para que os países europeus não sejam o destino desse dinheiro desviado do nosso patrimônio público, essa corrupção continuará a ser praticada", alertou.



Sem mencionar o desgaste dos procuradores da Lava Jato flagrados pelo *Intercept*, Raquel Dodge defendeu o papel do MPF como instância acusatória ao falar a representantes da União Europeia

Agronegócio terá que buscar certificação para recuperar credibilidade



Fotos: Reprodução

por Fernanda Wenzel

A crise do desmatamento e das queimadas na Amazônia não gerou somente manchetes internacionais negativas sobre o Brasil. O impacto nos negócios já é sentido por, ao menos, um setor. A VF Corporation, dona de 18 marcas de calçados e acessórios, suspendeu a compra do produto brasileiro até que seja garantido o respeito às práticas ambientais de produção. Na Europa, a Finlândia defendeu o boicote à carne bovina brasileira, e França e Irlanda já se opuseram ao acordo comercial entre União Europeia e Mercosul. Isso sem falar nos protestos contra o governo Bolsonaro em diversas capitais do mundo. Para o professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista em economia do meio ambiente Carlos Eduardo Young, o agronegócio está pagando o preço por ter apoiado um governo que sempre desprezou a preservação ambiental. Doutor em Economia pela Universidade de Londres, pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED) e professor colaborador do Programa de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Mato Grosso (PPGCA-UNEMAT), Young tem vasta experiência em ensino e pesquisa na área de Economia, com ênfase em Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, e coordena o Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Gema – IE/UFRJ). “Agora o agronegócio vai ter que buscar por conta formas de recuperar a credibilidade”, afirma nesta entrevista.

Extra Classe – Qual é o impacto da repercussão das queimadas da Amazônia na economia do Brasil?

Carlos Eduardo Young – Nas últimas décadas, o Brasil optou por uma economia mais direcionada ao livre mercado, e, com isso, cada vez mais voltamos a nos pautar pela produção de matéria-prima, de *commodities*, com uma queda na participação da indústria. Isso significa que estamos voltando a ser uma economia da República Velha, do século 19. Ser uma economia baseada em produtos primários para exportação significa que o elemento dinamizador da economia não está mais dentro, mas fora do país. Ou seja, se o preço das *commodities* sobe, vai tudo bem. Se o preço das *commodities* ou a demanda internacional caem, a gente vai para o buraco.

EC – Mas esse mercado de commodities está mais complexo hoje em dia...

Young – Ao contrário do século 19, houve mudanças na estruturação desses mercados. A competitividade não depende mais apenas de ter um preço baixo. Ninguém no passado deixava de comprar café se o café era produzido por escravos. Hoje em dia, você tem um comportamento muito mais ativo por parte do consumidor, que se preocupa com a forma como esse produto foi produzido. Isso é uma coisa relativamente nova. Tanto a União Europeia como os EUA e os demais países desenvolvidos têm se preocupado crescentemente em incluir cláusulas socioambientais em seus acordos comerciais. E a preocupação do ponto de vista desses países é que não haja o *dumping* ambiental, que é quando um país consegue produzir um produto mais barato por ter menos cuidados com o meio ambiente. Isso significa que a competitividade para esses mercados não é mais como era no passado, quando bastava apresentar um produto a baixo custo que seria atraente. Além de ter um custo competitivo, é preciso ter salvaguardas ambientais.

EC – De que forma essas questões podem afetar o acordo entre Mercosul e União Europeia?

Young – Houve o acordo entre

as instituições da União Europeia e do Mercosul, mas ele ainda precisa ser ratificado pelos países-membros. Então, existem duas possibilidades. Uma é o acordo não sair. Outra é o acordo sair, mas se for demonstrado que a competitividade brasileira é obtida de forma ambientalmente inadequada, alguém pode entrar com uma ação e proibir a exportação brasileira. Porque mesmo com o acordo ratificado, ele prevê que quem estiver produzindo de forma ambientalmente inadequada pode sofrer sanção comercial.

EC – Como o senhor disse, além das barreiras impostas pelos países, há o risco de os próprios consumidores começarem a boicotar os produtos brasileiros.

Young – Isso já está acontecendo. Não é à toa que algumas empresas de couro já estão se manifestando, independentemente de governo. Isso era previsto, porque não adianta querer regredir a uma economia do século 19 se a sociedade global está no século 21. E em uma economia do século 21 é inadmissível o processo de queimada.

EC – E quais são os setores mais impactados por este tipo de boicote internacional?

Young – Este tipo de problema vai ser crescente para as atividades que sejam identificadas com problemas ambientais. Por exemplo, tudo que está relacionado à pecuária: carne, couro... Porque a pecuária é, de longe, o maior fator de pressão para o desmatamento. As queimadas que a gente vê na televisão são basicamente para expansão de área para pastagem. Isso não significa que as áreas de cultivo estejam isentas. Grãos, biocombustíveis... Esses setores costumam argumentar que não desmatam para plantar, que utilizam áreas já desmatadas. Mas essas áreas já desmatadas onde esses cultivos se expandem estavam sendo ocupadas pela pecuária. Vamos supor o seguinte: há um aumento na demanda de soja, de milho, de cana. Esses produtores vão procurar expandir o seu cultivo tirando áreas que eram antes de pastagem. O que acontece com o rebanho? Ele não é elimina-

do. Como o pecuarista de quem foi comprada a pastagem se capitalizou, vendendo a terra a um preço alto para cultivo, com esse valor ele compra áreas muito mais baratas e muito maiores na floresta, porque a terra com floresta é mais barata. Você imagina esse processo como se fosse um trem. Você tem uma locomotiva lá na frente puxando, mas tem outra locomotiva lá atrás empurrando. Isso significa que essa crise na Amazônia coloca em risco a competitividade dos produtos brasileiros, mesmo que tenham sido plantados em áreas já desmatadas.

EC – De que forma o próprio setor agrícola brasileiro – em especial, a soja e a pecuária – pode se proteger dos boicotes internacionais?

Young – Lamento, ele vai ter que certificar. Já que o sistema oficial não funciona, ele vai ter que buscar uma certificação socioambiental. Isso aconteceu com o setor de papel e celulose no final dos anos 1980, início dos anos 1990, que estava sendo acusado de desmatar para fazer papel. E havia a concorrência do papel reciclado. O setor investiu pesadamente em manejo florestal e certificação ambiental. É preciso contratar alguém que tenha credibilidade, visto que um dos grandes problemas que as instituições federais estão sofrendo hoje é perda de credibilidade. Quando o sujeito diz que o maior desmatador da floresta são as ONGs, significa que essa pessoa não tem nenhuma preocupação de certificar o que está falando. Então eu vou ter que contratar uma certificação em separado e, para isso, já existem selos para produtos de floresta ou madeira. É isso que o produtor de soja, de carne, de açúcar vai precisar fazer no Brasil: demonstrar que a sua atividade não está contribuindo para o desmatamento nem direta nem indiretamente. Essa é a melhor saída. E escolher candidatos melhores para apoiar. E isso foi dito na época da campanha, que o retrocesso ambiental seria um tiro no pé do próprio agronegócio. Porque, na verdade, a proteção florestal é uma estratégia de competitividade desse setor.

O que está sendo expandido com desmatamento nem é para o mercado internacional. O grosso da pecuária e da madeira extraída da Amazônia é para consumo doméstico

EC – O agronegócio não é um grupo homogêneo. Quem está ganhando e quem está perdendo com o que acontece na Amazônia?

Young – Quem está ganhando é quem está conseguindo expandir a sua área de propriedade, está conseguindo terra de graça ou a um custo muito baixo às custas da floresta, e está, com isso, aumentando seu patrimônio. Esse é, tipicamente, o pecuarista extensivo, de baixa produtividade e voltado ao mercado doméstico. Quem perde é todo exportador que está destinado a um mercado que tenha uma preocupação ambiental, e que vai ser obrigado agora a adotar algum tipo de medida para provar que ele não está contribuindo com esta insanidade. Existem várias certificações ambientais. Eles vão ter que se adequar a alguma já existente ou criar um tipo de certificação para um produto que ainda não tem, como a carne. Existe a Alianza del Pastizal aí no Rio Grande do Sul, que emite um selo para produção de gado no pampa nativo. Essa é uma forma. Esse gado não está desmatando, ele é criado em uma pastagem natural. Existe no Mato Grosso a Aliança da Carne, que está tentando estabelecer uma certificação para dizer "nós produzimos respeitando o Código Florestal sem desmatar". O maior problema de desmatamento na questão da pecuária é que a taxa de lotação da pastagem é muito baixa. Existe muito potencial de expansão da pecuária com métodos mais intensivos. A gente não precisa de desmatamento para ser competitivo agora. Quem ganha com isso é quem está a fim de ganhar terra pagando um preço mais baixo.

EC – Ministros e o próprio presidente Bolsonaro afirmam que os países europeus estão exagerando a gravidade das queimadas para ter vantagens econômicas. O senhor concorda com isso?

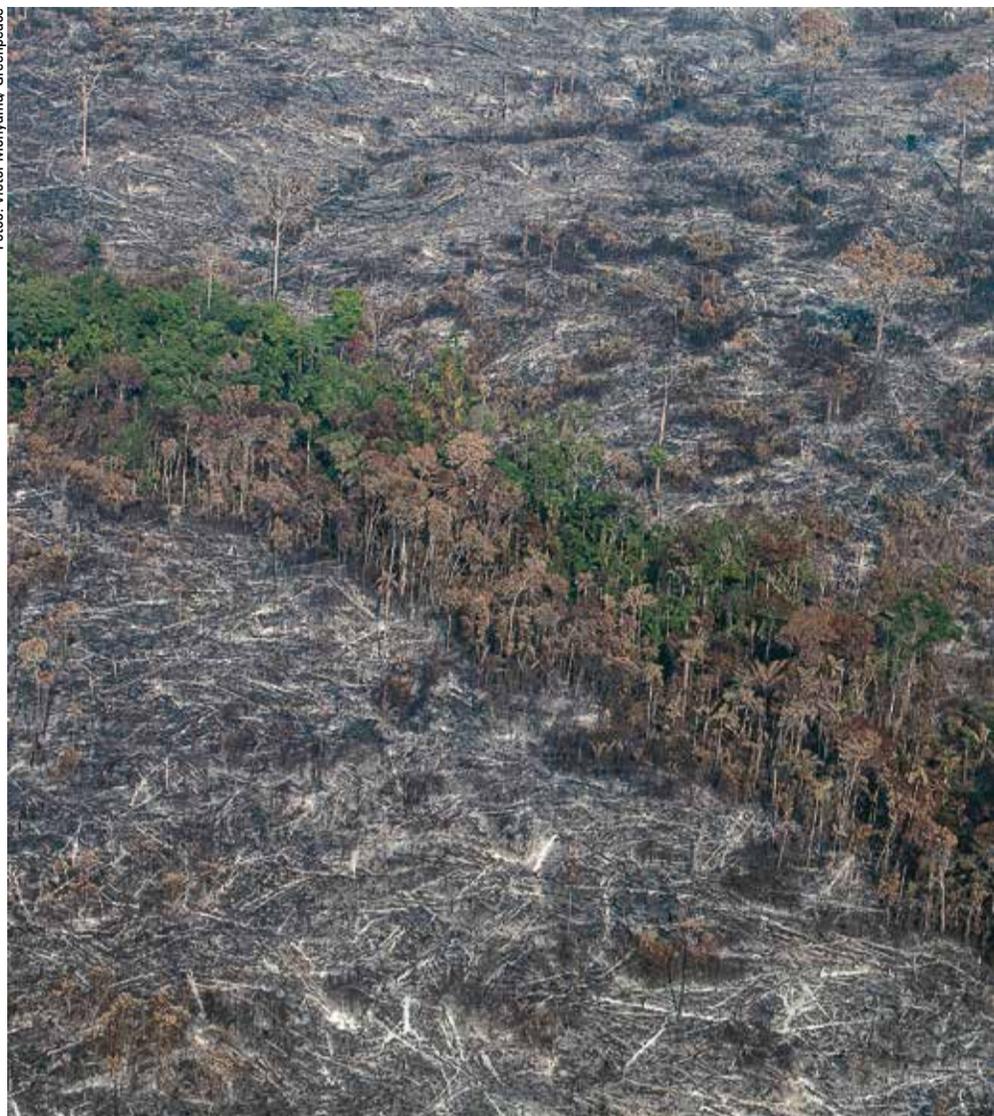
Young – As declarações do presidente Bolsonaro são infundadas. Disse que foram as ONGs que desmataram, disse que não havia desmatamento, ou seja, não há nenhuma consistência no que ele fala. É bem antigo o argumento de que, quando os países desenvolvidos fazem esse tipo de coisa, isso seria um neoprotecionismo, porque, na verdade, eles estariam cobrando práticas que eles próprios não adotam. Ou seja, o interesse deles não seria genuinamente ambiental, mas uma desculpa para proteger o seu próprio mercado. E a União Europeia tem, de fato, uma tradição de proteger o seu produtor, como, aliás, tem os EUA e todos os países. Contudo, em primeiro lugar, de fato a União Europeia tem agido de forma bastante consistente para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Só para dar um exemplo, as emissões automotoras estão caindo, o carro elétrico e híbrido está sendo estabelecido e há um forte desestímulo ao automóvel particular. O motor a explosão será banido da maior parte dos países europeus até 2030, já há datas estabelecidas para isso. Em segundo lugar, boa parte do tipo de produto que está sendo expandido com esse desmatamento nem é para o mercado internacional, é para o mercado doméstico. O grosso da pecuária brasileira e da madeira extraída da Amazônia é para consumo doméstico. Então, o que existe, na verdade, é uma tentativa de justificar, dizendo que os paí-

ses desenvolvidos estão agindo de forma incoerente. De um jeito ou de outro, isso não resolve o problema. Eles não estão sendo incoerentes no sentido de que eles têm políticas de fato para controlar os gases do efeito estufa. E as emissões de gases do efeito estufa na Europa são de fonte energética, não de desmatamento. O desmatamento na Europa aconteceu até o século 19. Nos últimos 100 anos, a área de floresta aumentou.

EC – O presidente Bolsonaro proibiu por 60 dias o uso do fogo na Amazônia? Isso é suficiente para acalmar os mercados internacionais?

Young – Essa medida é uma demonstração de que o presidente estava errado. Se você pegar as declarações do presidente até meados de agosto, o discurso oficial do governo federal era de que não havia nada de excepcional no desmatamento, por isso o presidente do Inpe foi demitido. Agora, por que 60 dias? O ciclo do fogo está associado ao período da seca. O pico do desmatamento já aconteceu, é julho e agosto. Setembro ainda tem, outubro já começa a ter um sistema de chuvas fortes e as queimadas caem muito. Então, o que você está tentando é evitar uma tragédia ainda maior. Agora, está muito atrasado, isso deveria ter sido adotado antes, quando os alertas foram dados. O que pode se fazer agora é para o ano que vem. Reativar o controle ambiental, que foi fortemente castigado, restabelecer instrumentos de proteção e de apoio àqueles que defendem a floresta. Isso inclui também aqueles que trabalham com Unidades de Conservação e Terras Indígenas e que foram fortemente criticados.

Fotos: Victor Moriyama/ Greenpeace

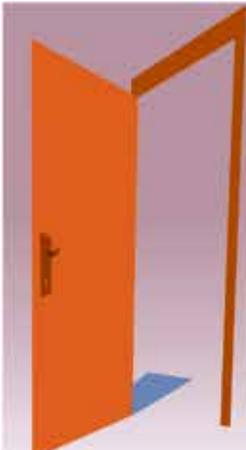


Não faltaram alertas de que o retrocesso ambiental seria um tiro no pé do próprio agronegócio, porque a proteção florestal é uma estratégia de competitividade desse setor

EC – A floresta em pé é um ativo econômico?

Young – O Brasil se chama Brasil por quê? Por causa da madeira do pau-brasil. Madeira sustentável, serviços ecossistêmicos... A floresta é nossa identidade, tem um valor cultural, social, um valor de vegetação, de turismo, mantém o estoque de carbono, regula a água. A pergunta deveria ser: por que eu tenho que desmatar até o último limite?

De onde vem essa loucura de que todo território brasileiro tem que ser convertido necessariamente em pastagem e cultivo? A expansão do agro sem preocupação ambiental levou ao desenvolvimento social no Brasil? Eu não tenho nenhuma dúvida de que o setor agropecuário vai pagar o preço por apoiar políticos que promoveram o desmonte da política ambiental. Quem pariu Mateus que o embale.



Acolhimento, sigilo e atitude.
Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.



Papa Francisco alerta para a importância dos movimentos sociais

“Nesse estado de paralisia e desorientação, a participação política dos movimentos populares pode derrotar a política dos falsos profetas, que exploram o medo e o desespero e pregam o bem-estar egoísta e a segurança ilusória”, escreve o Papa no prefácio do livro *La irrupción de los Movimientos Populares: Rerum Novarum de nuestro tiempo*, que inclui cinco anos de reflexão sobre o trabalho de milhares de associações que lutam por um estilo de desenvolvimento justo e inclusivo.

Foto: Vaticano News



GABRIEL GRABOWSKI

Quais são os interesses das fundações e dos institutos empresariais com a BNCC e o “novo” ensino médio?

A maioria das políticas educacionais brasileiras sofre descontinuidade na troca de governos, tanto na esfera federal, estadual, bem como municipal. Porém, algumas poucas sobrevivem a sucessões, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – que sobrevive ao quinto ministro da Educação – e o “novo” ensino médio. Neste contexto, devemos nos questionar: por que algumas políticas sobrevivem e outras não nas mudanças de gestores educacionais? Por que muitos gestores das pastas da educação são nomeados sem pertencer nem conhecer o campo da educação? Por que as fundações e os institutos empresariais têm tanto interesse nestas reformas? Por que a BNCC avança e o PNE não? Para entender e analisar os interesses e a influência das teses empresariais sobre as políticas de educação de forma geral, e sobre a BNCC especificamente, é necessário acompanhar a atuação dos organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM), assim como a ingerência das fundações, institutos e consultorias brasileiras. Entre tantas, destacam-se: Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM e Itaú BBA.

MARIA LÚCIA FATTORELLI

Governo retira R\$ 1 trilhão do povo para entregar aos bancos

Desde a apresentação da PEC 6/2019, da reforma da Previdência, ao Congresso, o ministro Paulo Guedes vem repetindo que o objetivo dessa PEC seria combater privilégios e “economizar” R\$ 1 trilhão nos gastos com a Seguridade Social. Em momento algum os tais “privilégios” foram devidamente explicados pelo governo, que, em suas exposições, considera “ricos” aqueles que se aposentam com cerca de R\$ 2.231,00. Mais de 80% do referido trilhão que será cortado com a PEC 6/2019 sairá dos mais pobres do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ou seja, de aposentadorias, pensões e benefícios do INSS, cuja imensa maioria está abaixo de dois salários mínimos. A tabela constante da última página da Exposição de Motivos da PEC 6/2019, assinada por Guedes, mostra isso. E para onde irá esse trilhão que será subtraído, principalmente dos mais pobres, mas também de servidores públicos? Em evento realizado no Banco Central, o próprio ministro Guedes confessou que o trilhão irá para os bancos: “Precisamos de 1 trilhão para ter potência fiscal suficiente para pagar uma transição em direção ao regime de capitalização. (...) Por isso que a gente precisa de 1 trilhão!”

ACREDITE NOS SEUS SONHOS.
Renda para o futuro que você merece.

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR **SINPRO/RS** Sindicato Cidadão
GESTOR DO PLANO **FUNDACÃO FAMÍLIA** PREVIDÊNCIA



Foto: Assoc. Mães e Pais pela Democracia

Prefeitura de Porto Alegre. O motivo da manifestação foi uma briga entre estudantes e resultou na expulsão de três adolescentes e na demissão de um professor.

Desde a eleição presidencial, no ano passado, a tensão se instalou nos ambientes escolares e na sociedade como um todo. “O processo eleitoral abriu a possibilidade de um determinado grupo começar a interagir de forma muito agressiva e ruidosa. Trouxe de volta a discussão da escola sem partido que é, de fato, para quem defende escola com partido, partido de direita, que não quer aceitar a discussão e a diversidade”, alerta a professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS e coordenadora do Núcleo de Apoio ao Professor (NAP).

Três grandes escolas de Porto Alegre registraram em 2018 conflitos provocados por um grupo disposto a cercear a liberdade de ensinar e de aprender. Tudo se acirrou quando, no primeiro dia de aula depois do segundo turno eleitoral, alguns alunos do ensino médio do Colégio Rosário foram para a aula vestidos de preto, para marcar o descontentamento com o resultado das urnas. Na hora do recreio, fizeram uma movimentação. “Os pais de direita ficaram indignados. Aí reagiram de uma forma muito agressiva, tentando colocar a responsabilidade nos professores. Mas nem sabiam que tinha sido uma iniciativa dos próprios alunos, pelas redes sociais”, assinala Cecília. No outro dia, alguns alunos do ensino fundamental foram para a aula com roupas em verde e amarelo e não foram reprimidos por isso, lembra.

Como a cada ação corresponde uma reação, logo surgiu um movimento de pais dispostos a manter um ambiente democrático dentro das escolas. “Nós nos organizamos em defesa de nossos filhos. Quando eles fizeram a manifestação (indo para a escola de preto), foram expostos nas redes sociais pelos defensores do dito projeto *Escola sem Partido*, na minha opinião, de pensamento único e de extrema-direita”, relata a socióloga e especialista em segurança e prevenção da violência

Liberdade para ensinar e aprender

por Marcia Santos

Movimento de pais de alunos e iniciativa de entidades educacionais em parceria com procuradores estaduais e federais se aliam a professores no enfrentamento ao assédio de grupos políticos que, desde a eleição presidencial, tentam interditar o debate, a livre manifestação de alunos e o trabalho docente nas instituições de ensino do estado

Quando um pequeno, porém ruidoso grupo ocupou uma praça em frente ao tradicional Colégio Rosário, em Porto Alegre, no início de agosto, para protestar contra o que chamaram de doutrinação no ensino,

uma informação divulgada pela própria escola deixou claro o que estava acontecendo. Do grupo – cerca de 30 pessoas –, apenas dois eram pais de alunos daquela comunidade escolar. O restante era ligado a movimentos como o *Escola*

la Sem Partido. Apesar do nome, os manifestantes eram liderados por dois deputados estaduais, Eric Lins (DEM) e Luciano Zucco (PSL), e ainda pela vereadora eleita pelo MDB, Comandante Nádia, que hoje ocupa uma Secretaria na

Aline Kerber. Ela é mãe de um estudante do Rosário e presidente da Associação Mães e Pais pela Democracia.

"Iniciamos com um grupo de 30 pessoas diretamente envolvidas na constituição da Associação, a partir da organização de aproximadamente 200 pais do Rosário em um grupo de WhatsApp. Hoje somos mais de 6 mil pessoas oriundas de 70 escolas públicas e privadas", diz Aline.

A Associação está organizada com uma diretoria, comissões e tem dois conselhos, de ética e finanças. Existe formalmente desde fevereiro de 2019, e o lançamento oficial foi em 8 de março, na Esquina Democrática. "Mas, na verdade, iniciamos nossa luta antes disso, em outubro de 2018. Desde então, a gente vem pensando em possibilidades de neutralizar e de reverter a situação de perseguição contra professores e escolas, barrando censura e autocensura, pois é isso que tem impedido o direito integral à educação e à pluralidade de ideias no ambiente de ensino/aprendizagem dos nossos filhos."

A socióloga comenta que chegam até eles inúmeros relatos e casos que fizeram entender a ne-

cessidade de registrar, sistematizar e encaminhar as denúncias de assédio e violência contra professores e alunos. "Sobretudo, as situações envolvendo intimidação e gravação", além de situações de racismo e homofobia, "agudizadas por esta lógica de ódio, violência e desconfiança que se evidenciaram na sociedade a partir da eleição do presidente da República".

O jornalista Marcelo Prado, vice-presidente da Associação, aponta que a composição do movimento "é a mais plural possível", para que as ideias circulem. "Quando nossos filhos se vestiram de preto, se deram as mãos e disseram serem resistência, houve uma reação e espalharam notícias falsas afirmando que eram grupos de marxistas, com sindicalistas infiltrados", ele recorda. "Um colega do meu filho teve fotos espalhadas dizendo que era um sindicalista, imagina!" E acrescenta: "Nós nos organizamos para proteger nossos filhos dessas exposições e dos ataques".

A Associação Mães e Pais pela Democracia tem página no Facebook e, apesar do pouco tempo de existência, já ultrapassou 10 mil curtidas. Promove atividades

como cafés culturais ao menos uma vez por mês. O passo seguinte foi o lançamento de uma campanha com distribuição de cartazes em todas as instituições de ensino – escolas e universidades – no dia 3 de setembro, na Assembleia Legislativa. No dia 4, às 13h30, no auditório Ipê do Centro Cultural da Ufrgs, ocorrerá o seminário "Silenciamento na educação: da liberdade de expressão à autocensura". Na Feira do Livro de Porto Alegre neste ano, será lançado um livro de crônicas das mães e dos pais pela democracia.

"Falamos da educação que acreditamos, que deve gerar autonomia e emancipação para que tenhamos cidadãos conscientes dos problemas sociais e capazes de pensar em soluções criativas para questões da sociedade", assegura Aline. Ela diz que a entidade enfrenta muitas barreiras. "Houve até uma tentativa de denúncia contra nós no Ministério Público por acharem que queríamos doutrinar estudantes. Mas nosso grupo é suprapartidário, temos pessoas da esquerda, da direita e liberais, porém todos defensores da democracia e da liberdade." A Associação já

entrou com diversas ações judiciais por notícias falsas contra membros da comunidade escolar. "Nossa atuação, além de resistente e combativa, é propositiva, pensando nos problemas públicos da educação."

Diretora de Comunicação do Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Adufrgs/Sindical), a professora Sônia Ogiba informa que a entidade vê com preocupação as ações que visam à censura/cerceamento de professores em sala de aula. "Agimos para que os professores tenham o direito de ensinar garantido e, por consequência, os alunos mantenham o direito de aprender. A Educação deve ter como princípios básicos a pluralidade, a diversidade de opiniões. O que aparece em oposição a esses princípios é censura."

Ela revela que a entidade vem recebendo denúncias desde a definição do processo eleitoral de 2018. "No dia seguinte da eleição, por exemplo, uma professora de Física relatou que alunos filmaram sua aula, o que não é permitido sem a anuência do docente. Imediatamente, pensamos em abrir um canal de denúncias."

Entidades e procuradores assinam Termo de Cooperação

"Não vimos nada tão grave assim desde a ditadura", constata Sônia Ogiba, da Adufrgs/Sindical. Conforme ela, o clima de desconfiança com o professor nunca esteve tão alto. Para fazer frente às pressões sofridas por professores, alunos e pela própria escola, seja pública ou privada, em novembro do ano passado foi criado o Fórum de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio, idealizado pelo Ministério Público Federal (MPF), sob a liderança do procurador Enrico Rodrigues de Freitas. O Fórum reúne diversas entidades ligadas ao ensino e mesmo fora dele que assinaram um Termo de Cooperação mútuo em agosto. "O objetivo é criar uma rede de resistência e reação a preconceitos de qualquer natureza. Sozinhos, não teríamos a mesma força de ação."

O Fórum é um canal de denúncias dos casos de intolerância e ódio com foco na garantia dos di-

reitos humanos. "E a Educação, sem dúvida, se relaciona com essa ideia. O Termo de Cooperação é a materialização dessa rede, e institucionaliza, formaliza o processo de fluxo e responsabilidade sobre as denúncias, explica a diretora da Adufrgs. O MPF recebe a denúncia e toma as providências cabíveis quando um professor, por exemplo, se sente pressionado ou limitado no seu direito de ensinar. O mesmo acolhimento terá o aluno que se sentir ameaçado no ambiente de aprendizagem. "Recebemos muitos professores oprimidos, censurados, constrangidos, que precisam desse espaço de acolhimento", diz Cecília Farias, que assinou o Termo pelo Sinpro/RS.

Para o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do MPF, Enrico Rodrigues de Freitas, o Termo de Cooperação é a criação de um canal oficial informal que visa a criar condições para que as entida-

des de professores e estudantes levem ao MPF "denúncias, informações, notícias de fatos referentes a assédio, constrangimento, violência a professores ligadas à violação da liberdade de aprender e ensinar". As consequências concretas, segundo ele, "são a apuração devida por quem tem atribuição para tanto até as consequentes sanções. Mas a finalidade primordial é criar um clima de prevenção, mostrar que esse tipo de crime não fica sem consequência e prevenir, para que tenhamos uma normalidade dentro das salas de aula e que se garanta a ampla liberdade de aprender e ensinar". Freitas é coordenador do Fórum Permanente de Combate à Intolerância e ao Discurso de Ódio, que mantém o Grupo de Trabalho Fórum pela Escola Livre e Democrática, dedicado ao debate sobre o tema educacional frente aos constantes ataques à liberdade de ensinar e aprender. "Estamos ga-

rantindo o direito de fala a todos e garantindo o direito e o respeito à diversidade e às diferenças", define a coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social, do MPRS, Angela Salton Rotunno.

A presidente da Associação dos Juizes pela Democracia (AJD), Valdete Souto Severo, considera essencial a união das entidades para monitorar o que está acontecendo nas escolas e universidades e explicar a todos que esse tipo de censura é passível de punição. Ela defende a realização de um observatório para agir nos casos de censura e violência, inclusive no âmbito judiciário. "Reconhecemos a gravidade do momento atual e é importante que pessoas de diferentes lugares da sociedade mostrem que os professores não estão sozinhos, porque os atingidos não são somente eles ou os alunos, mas toda a sociedade", conclui.

Autolesão: dor, escuta e acolhimento

por Gilson Camargo

A incidência de comportamentos autolesivos entre crianças e adolescentes está aumentando nas escolas públicas e privadas do estado e desafia pais, professores e especialistas a uma revisão dos seus papéis na vida dos jovens. O alerta está menos nas estatísticas de pesquisas isoladas, as quais apontam em média uma ocorrência por escola, e mais na percepção de quem atua na prevenção e tratamento da automutilação: a autopunição como resultado de experiências emocionais frustrantes faz muito mais vítimas do que aquelas que conseguem ser alcançadas pelos raros programas de escuta e outras políticas adotadas no sistema de ensino.

O estudo *Autolesão na adolescência: como avaliar e tratar*, divulgado para a classe médica em julho pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), estima que todos os jovens já experimentaram pelo menos uma vez algum tipo de automutilação sem ideação suicida no processo de adolescência. Entre 4% e 46,5% dos jovens entrevistados na faixa etária de 13 e 14 anos relataram ocorrências de autolesão – as classificadas como mais graves pela SBP são os cortes, incisões, queimaduras e fricções feitos na própria pele e que resultam em sangramento ou hematomas.

Nas escolas particulares, não há um monitoramento por parte das direções, de acordo com o

Sindicato da Rede Privada (Sinepe/RS), e as iniciativas para acolher e encaminhar para tratamento clínico os casos detectados são dos professores. “Dentre as violências que sofrem os jovens, talvez a mais difícil de solucionar seja a autolesão. Os professores precisam estar muito atentos na observação de seus alunos, dada a dificuldade de identificação do problema e, conseqüentemente, a impossibilidade de auxiliar no enfrentamento dessa questão”, alerta Cecília Farias, diretora do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS). Os professores que identificarem alunos com autolesão podem recorrer ao Núcleo de Apoio ao Professor contra a Violência (NAP), mantido pelo Sindicato. “O serviço oferecido aos associados com o objetivo prioritário de apoiar os professores que sofrem violência implícita ou explícita no ambiente de trabalho também assessora os docentes que se deparam com dificuldades como as situações de autolesão de alunos”, explica Cecília.

Na rede pública estadual, a proporção de relatos de alunos que recorrem à automutilação na tentativa de superar traumas e conflitos emocionais oscila em 1,6 por escola, conforme pesquisa realizada pelas Cipas e Violência Escolar (Programa Cipave), da Secretaria de Educação (Seduc), em 2018. O levantamento abrangeu metade das instituições da rede pública e serviu como base para um aprimoramento

Foto: Divulgação



Professores e especialistas alertam sobre a importância do diálogo com as crianças e adolescentes para prevenir o recurso da autolesão

ramento das políticas de prevenção. “Os números indicam que há uma subnotificação. Porém, mais importante que as estatísticas é o acompanhamento por escola e a escuta cada vez mais sensível por parte de pais, alunos e professores”, ressalta a coordenadora do Cipave, Patrícia Sanhotene.

“Crianças e adolescentes que se autolesionam, geralmente, apresentam dificuldades de lidar com emoções experimentadas como negativas e de forma intensa, além de déficits em habilidades importantes de comunicação e de resolução de problemas. É comum

que, pela dificuldade de entender, ou lidar com afeto negativo – emoções sentidas como aversivas, como raiva, medo e ansiedade – e de comunicar o que estão sentindo, esses adolescentes usam a autolesão como uma ferramenta para manejar o sofrimento emocional”, esclarece a psicóloga Julia Schäfer, especialista, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria da Ufrgs. “Compreender por que o jovem se engaja em comportamentos autolesivos é imprescindível para a condução de uma intervenção psicológica efetiva e sem julgamentos”, garante.

RELATO

Escuta do coração

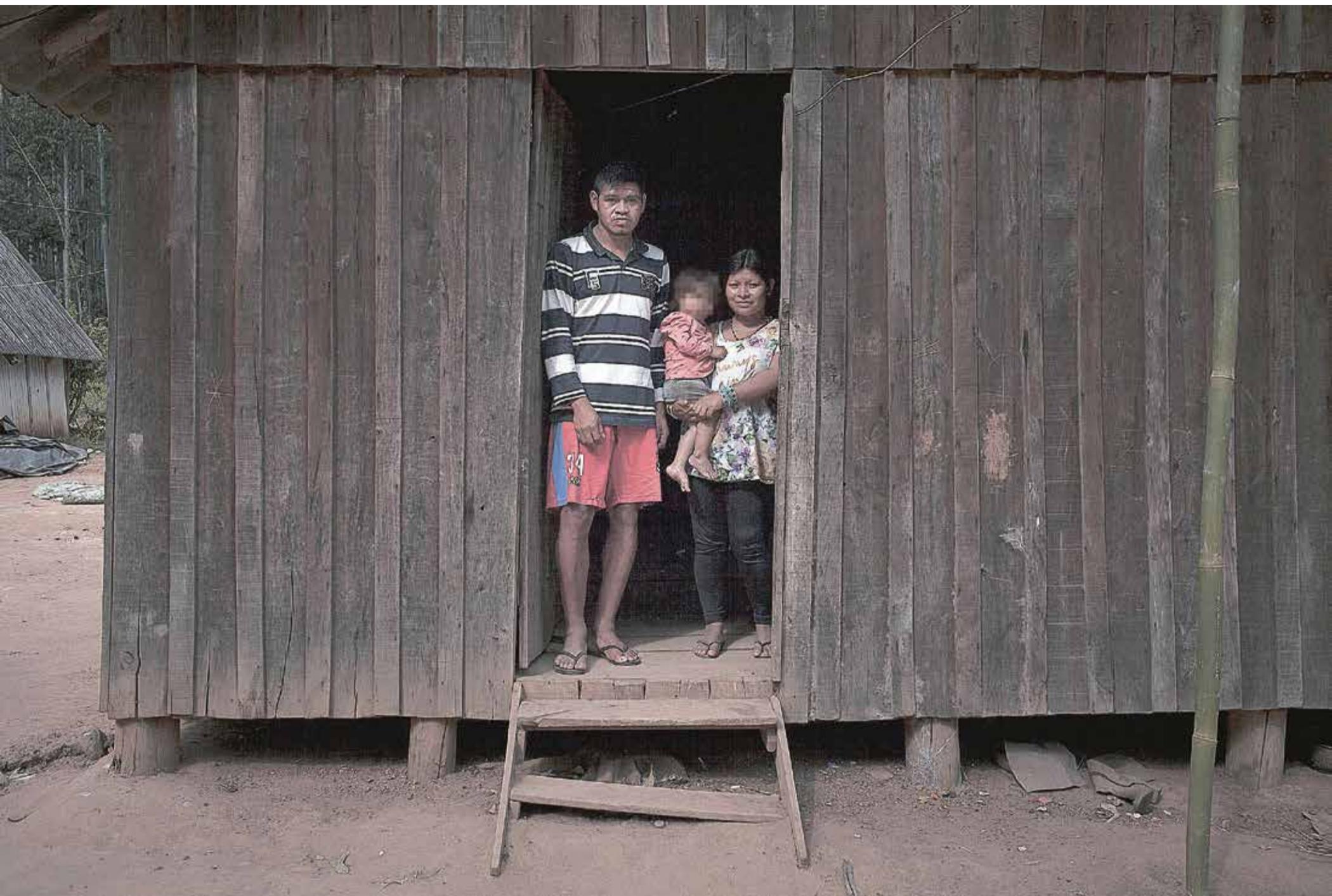
“Ninguém dá o que não tem”, resume a professora e mestre em Educação Isabel Mantovani, que, desde 2016, coordena um dos mais efetivos projetos de prevenção a comportamentos autolesivos na rede pública, o *Escuta do Coração*, desenvolvido em uma escola estadual da Região Metropolitana – ela prefere omitir o nome da instituição para não expor os alunos. “O primeiro passo foi qualificar

os professores para a escuta e o afeto, para que passassem a ser multiplicadores desse acolhimento como forma de enfrentamento da autolesão. Percebemos um alto índice de adolescentes e crianças com depressão, e o mais difícil foi perceber que a automutilação estava crescendo de maneira assustadora. Eles estavam gritando por socorro, pelos mais variados motivos, mas, principalmente, por não

serem reconhecidos como seres humanos de valor”, relata.

Ao menos, três casos foram detectados pela equipe no início do projeto. “Hoje, é zero autolesão. Alunos novos chegam com marcas, mas logo são envolvidos pelo grupo que estuda na escola desde o início da vida escolar. Nosso trabalho é preventivo mesmo, em um ambiente muito acolhedor, em sintonia com vários outros projetos

que envolvem esses adolescentes por meio de conversas em sala de aula, no recreio, no turno inverso. Depois que aprendemos a reconhecer a tristeza, a apatia, a indiferença em pequenas atitudes, se faz uma conversa no grupo e logo quem está nesse vazio procura ajuda e, então, vem conversar, diariamente às vezes. Existe uma grande parceria entre todos da escola, direção, professores e funcionários.”



Mina Guaiíba ignora comunidades indígenas

por Fernanda Wenzel
fotografia Leonardo Savaris

Copelmi e Fepam deixaram de comunicar à Funai a existência de duas comunidades mbyá guarani na área que será impactada pelo projeto. Se autorizada, esta será a maior mina de extração de carvão a céu aberto do Brasil. A negligência em relação aos indígenas é alvo de investigação do Ministério Público Federal

E se uma empresa decidir construir a maior mina de carvão a céu aberto do Brasil a 1,2 km da sua casa, e não te consultar? Foi o que a Copelmi fez com as nove famílias de indígenas mbyá guarani da Aldeia Guajayvi, em Charqueadas: ignorou-as. “Ninguém veio falar com a gente”, afirma Alex Acosta, uma das lideranças da aldeia. O mesmo ocorreu com os mbyá guarani da comunidade Pekuruty, também conhecida como Arroio Divisa. São dez pessoas que vivem acampadas às margens da BR 290, em Eldorado do Sul, a 7,2 km do local escolhido para o empreendimento. “A gente não sabe o que vai acontecer. Ninguém veio explicar”, diz Naldo Gonçalves, morador da Pekuruty.

As duas comunidades ficam dentro da chamada Área de Influência Direta da Mina Guaíba, que irá sofrer os impactos diretos do projeto. As outras populações que vivem nessa área – no Assentamento Apolônio de Carvalho e no loteamento Guaíba City – têm previsão de reassentamento pela Copelmi. Um reassentamento forçado e incerto, já que a empresa não informou exatamente quando

os moradores serão reassentados, para onde irão e nem os valores das indenizações. Os indígenas, no entanto, não tiveram sequer o direito de ser informados ou se posicionar sobre o projeto, que dirá de serem realocados para longe da poeira e do barulho da mina.

As comunidades mbyá guarani são citadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Mina Guaíba, documento-chave para a obtenção da licença ambiental junto à Fepam. Os técnicos que assinam o documento reconhecem que não conversaram com os moradores, tampouco esclarecem o que será feito dessas pessoas. O estudo não informa os nomes das comunidades, sua situação fundiária, o número de famílias ou a etnia à qual pertencem. Já no Relatório de Impacto Ambiental, que é um resumo do EIA, as comunidades indígenas sequer são citadas.

Essa negligência não passou batida pelo Ministério Público Federal (MPF), que investiga o impacto da mina sobre os indígenas, os produtores de arroz orgânico do Assentamento Apolônio de Carvalho e os pescadores artesanais do Delta do Jacuí. Segundo o Procurador Pedro Nicolau Moura Sacco,



“Ninguém veio falar com a gente”, reclama Naldo Gonçalves, da comunidade Pekuruty

a Copelmi deveria ter notificado a Funai sobre a presença dos indígenas e elaborado um estudo chamado Componente Indígena: “Isso é uma falha grave. [...] É claro que uma comunidade indígena guarani não pode viver ao lado de uma mina como essa”, adverte o promotor. Conforme Sacco, o MPF irá agir no sentido de garantir que a Copelmi realize o estudo, que tem o objetivo de oferecer um retrato social e antropológico dos indígenas e apontar os impactos da mina sobre eles.

O primeiro passo do MPF foi notificar a Funai. De acordo com Paula Lavratti, advogada da Copelmi, a Funai entrou em contato com a mineradora, solicitando informações sobre a localização do projeto. “Essas informações já foram encaminhadas para a Funai, que está avaliando se vai demandar ou não a elaboração de um estudo de Componente Indígena”. Segundo Paula, a empresa irá fazer o estudo se assim for determinado pelo órgão federal. A Funai não respondeu aos pedidos de informações do *Extra Classe*.

Indígenas estão preocupados com caça e pesca

Alex Acosta, um dos líderes da Guajayvi, aponta no horizonte o local onde a Copelmi pretende construir a mina, a pouco mais de

mil metros da aldeia. Se aprovado, o empreendimento irá ocupar uma área de 5 mil hectares (equivalente a 5 mil campos de futebol)

a 1,5 mil metros da margem do Rio Jacuí. Ao menos 2 mil hectares serão de lavra, a escavação de onde se retira o carvão. O restante será ocupado por estradas de acesso, um dique, uma pilha de rejeitos, uma área industrial, uma estação de tratamento de efluentes, entre outras estruturas. Para dar espaço a tudo isso, será preciso suprimir a vegetação, desviar dois arroios e rebaixar o lençol freático. Serão feitas até quatro explosões por dia para soltar o carvão da rocha.

Acosta se pergunta: qual o impacto de tudo isso sobre os animais? “Agora mesmo os guris estão indo caçar tatu, fazer armadilhas. Mas se sair essa mina, como vai ficar o bichinho? E o Rio Jacuí, onde a gente vai pescar? Se sair essa mina, até o peixe vai embora ou vai morrer.” Alex usa a palavra guarani “bichinho”, que se refere a todos os animais. Jony Acosta,

filho do cacique Cláudio Acosta, está preocupado com o efeito da poeira na saúde das crianças: “Quando as crianças passarem mal, a gente não tem dinheiro e nem carro para levar elas para o hospital”.

No Estudo de Impacto Ambiental da Copelmi, a Aldeia Guajayvi é descrita como “um acampamento, supostamente indígena”. Um erro, uma vez que a área de 300 hectares é, na verdade, uma Reserva Indígena Estadual criada em 2012 pelo próprio governo do estado, e ainda em processo de regularização fundiária. O equívoco foi identificado em um parecer do Temas, grupo de pesquisa da Ufrgs que faz parte da Frente Técnica do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (CCM/RS). Esse parecer foi protocolado junto ao processo de licenciamento na Fepam e ajudou



Acosta, liderança da comunidade mbyá guarani Guajayvi: “Se sair essa mina, até o peixe vai embora ou vai morrer”

a embasar o inquérito do MPF.

A história das duas aldeias afetadas pela mina reflete bem a eterna perseguição aos guaranis. A Aldeia Guajayvi abriga parte dos indígenas que foram expulsos em 2008 da Aldeia Arroio do Conde, em Eldorado do Sul, em uma desapropriação violenta e ilegal, pela qual o governo do estado foi condenado pela Justiça. Essa área, que atualmente está sob estudo da Funai para demarcação, também está dentro da área de impacto direto da mina e foi igualmente ignorada pela Copelmi. Já a comunidade Pekuruty é ocupada por indígenas vindos de Barra do Ribeiro, de onde foram removidos em função das obras de duplicação da BR 116. Agora, são novamente ameaçados pela duplicação da BR 290.

"Eles fogem de um processo de duplicação e caem em outro. E, coincidentemente, eles vão sofrer

os impactos também da mina de carvão", lamenta Roberto Liebgott, da coordenação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no estado. Liegbott lembra que toda a região do entorno do Lago Guaíba é de ocupação ancestral guarani: "Eles sempre viveram por aqui. As cidades foram se expandindo e os guaranis foram ficando sempre à margem, em acampamentos, ou em lugares mais distantes, ou eram removidos para dentro de reservas kaingang".

Questionada sobre o fato de a Copelmi não ter comunicado a Funai sobre a presença de indígenas na área impactada pela mina, a advogada Paula Lavratti afirma que essa comunicação caberia à Fepam, e não à Copelmi. Ainda segundo a advogada, a empresa utilizou como referência jurídica a Portaria Interministerial nº 60, de 2015, que trata do licenciamento ambiental e define como terras in-

dígenas áreas reconhecidas pela Funai ou aquelas previstas no Estatuto do Índio, que, por sua vez, traz um entendimento vago sobre o que são terras indígenas. Com base nesta legislação, a Copelmi desconsiderou as comunidades Guajayvi e Pekuruty por não serem terras demarcadas pela Funai. A presidente da Fepam, Marjorie Kauffmann, usou da mesma alegação: "O que pode ter ocorrido é essa comunidade não estar registrada no sistema nacional", cogita.

Para Guilherme dal Sasso, cientista social e pesquisador do Temas, a Copelmi utilizou uma interpretação maliciosa da lei para tentar ignorar os indígenas no processo de licenciamento. Ele lembra que o conceito de Terra Indígena utilizado pela Copelmi faz pouco sentido no contexto do Rio Grande do Sul: "Essa legislação nacional é feita levando em consideração um contexto mais

amazônico, onde tu tens grandes unidades territoriais que são as Terras Indígenas. Mas no Sul a configuração territorial é muito diferente, as comunidades estão em pequenos locais e há um histórico de tentativa de invisibilização dessas populações", explica.

Para o pesquisador, houve dupla violação dos direitos dos indígenas: "Essas comunidades já não tiveram terras demarcadas. E por não ter a terra demarcada, os empreendedores dizem que não precisam levá-los em consideração no estudo". Além de contornar a legislação nacional, a Copelmi ignorou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, que determina a consulta prévia aos povos indígenas sobre qualquer empreendimento que afete a área onde vivem. Essa consulta é obrigatória e independe da situação jurídica das comunidades.

Pergunte primeiro ao Nhanderu

Indagado sobre a mina, Estevan Garay, cacique da Aldeia Pekuruty, responde: "Primeiro tem que perguntar para o Nhanderu". Para ele, Nhanderu (Deus) não deve gostar nem um pouco do empreendimento, e pode castigar o homem branco. Garay registra que todos os seres têm alma, e que é preciso pedir autorização aos espíritos mesmo para cortar uma taquara: "Nós queremos morar e viver tranquilos, caçando, pescando. Tu corta a árvore, também tem espírito. Tudo tem espírito. Tudo não quer morrer".

INQUÉRITO – A Mina Guaíba, que prevê a extração de 166 milhões de toneladas de carvão ao longo de 30 anos de operação, seria instalada entre os municípios

de Charqueadas e Eldorado do Sul, a 16 km do Centro de Porto Alegre. O empreendimento ainda tenta obter a Licença Prévia, que antecede as licenças de instalação e de operação. Conforme a Fepam, não há previsão para a conclusão da análise.

O Ministério Público Estadual (MPE) também instaurou um inquérito para investigar o processo de licenciamento da Mina Guaíba. A promotora do Meio Ambiente de Porto Alegre, Ana Maria Moreira Marchesan, afirma que os impactos socioambientais seriam inúmeros. Ela lembra que o MPE já solicitou estudos extras e mudanças no projeto, que tramitava "a passos largos" na Fepam: "Esse empreendimento já estaria licenciado há



"Todos os seres têm alma", adverte o cacique Estevan Garay

muito tempo se não fosse esse inquérito civil", alerta. A expectativa

da promotora é que o inquérito seja concluído até o final de outubro.

A vantagem deste cartão é que quanto mais você usa, mais você ganha.

Com o Cartão do Associado, professores e dependentes aproveitam diversos produtos e serviços com descontos exclusivos.



Acesse sinprors.org.br/convenios, pesquise os descontos disponíveis na sua região e aproveite!

Dia do fogo, terrorismo contra a Floresta Amazônica

por Flavio Ilha

Até 26 de agosto, a intensidade dos incêndios foi 67% maior que a média dos últimos dez anos, com 42.719 focos. A Amazônia brasileira já perdeu 790 mil quilômetros quadrados de vegetação, que correspondem a quase 20% do bioma no país. A maior parte dessas áreas (63%) foi destinada a pastagens com baixo grau de eficiência, onde há, no máximo, um boi por hectare, e outros 20% estão abandonados

Coube a um pequeno jornal, num pequeno município do sul do Pará, às margens da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, a prerrogativa de denunciar internacionalmente o maior crime ambiental no Brasil dos últimos 50 anos: na segunda-feira, 5 de agosto, em um chamado furo de reportagem, o portal *Folha do Progresso* anunciou que produtores rurais e criadores de gado da região haviam escolhido o dia 10, sábado seguinte, para deflagrar um processo massivo de incêndios criminosos na mata e em áreas devastadas, como forma de "chamar a atenção do governo sobre as dificuldades de produção no município". O crime acabaria conhecido como "dia do fogo", elevaria a níveis recordes a devastação da Amazônia e provocaria a mais grave crise do ainda incipiente governo de Jair Bolsonaro, com repercussão internacional.

Adécio Piran, o editor da *Folha*

do *Progresso*, relata que recebeu a informação sobre a mobilização dos produtores "alguns dias antes" da data fatídica e que, depois das checagens habituais, teve a confirmação no final de semana antes do "dia do fogo". Isso indica que os produtores da região começaram a se movimentar de forma criminosa ainda em julho, em grupos de WhatsApp e por rádio, apoiados pelo discurso do presidente Jair Bolsonaro de abrir a Amazônia à exploração comercial. "A região é muito extensa, a comunicação é precária. Mesmo assim, conseguimos contato com uma liderança local, que confirmou tudo para o dia 10. A escolha da data se deu devido às previsões de chuvas esparsas em agosto, normais nessa época. O dia do fogo deveria ser antes dessas chuvas", relata Piran.

O jornal, que circula em versão impressa semanalmente, tem sede em Novo Progresso, muni-

cípio às margens da BR 163 – a rodovia corta o Brasil de Tenente Portela (RS) a Santarém (PA) – e a 1.639 quilômetros da capital, Belém. A cidade se transformou em um polo de tensão ambiental desde que o agronegócio estabeleceu ali sua base de operações, a meio caminho da soja do Mato Grosso e das pastagens do Pará. Uma semana depois do furo, que

pegou de surpresa até mesmo o Ministério Público Federal (MPF) no estado, o jornal estampava em manchete que Novo Progresso estava "em chamas". No dia em que conversou com a reportagem do *Extra Classe*, Piran estava na delegacia de Polícia da cidade, denunciando, em boletim de ocorrência, as ameaças recebidas por ter divulgado o "dia do fogo".



Em meio à crise internacional causada pelo alto número de queimadas na Amazônia, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que exonerou 21 dos 27 superintendentes do Ibama e derrubou o número de multas em 29%, culpou a estiagem. Já o presidente Bolsonaro acusou as ONGs, indígenas e fazendeiros



Área queimada em Candearas do Jamari, Rondônia

Agosto em chamas

Dados do Sistema de Monitoramento de Queimadas e Incêndios Florestais do Pará (Semas-PA) apontavam, no dia 12 de agosto, que havia 327 focos de incêndio no município de Novo Progresso – número apenas superado pela vizinha Altamira, com 431 focos. Boletim oficial do órgão registrava, também, que no período entre 9 e 11 de agosto foram localizados 1.457 focos de queimada pelo satélite AQUA M-T, que abrange mais de 15 municípios do Pará. Desses, 1.091 (75%) se deram em área de floresta densa e 599 (41%) em unidades de conservação federal, estadual ou terras indígenas. O crime dos fazendeiros foi de grandes proporções: só na Floresta Jamaxin, área de proteção federal, foram detectados 136 pontos diferentes de queimada.

“Os dados oficiais estão defasados, pois há muitas zonas de

sombra (para o satélite) aqui na região, principalmente entre as localidades de Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra (localizadas ao sul da sede do município de Novo Progresso, quase na divisa com Mato Grosso, mas pertencentes à vizinha cidade de Altamira). Eu nunca vi nada parecido com isso aqui na região, em mais de 20 anos como jornalista. Devido às repercussões do caso, está muito difícil de levar esse assunto adiante. Tudo ficou com a Polícia Federal, já fui chamado para depor, a pressão está ficando insuportável”, desabafa Adécio. O jornalista foi acusado, em panfletos apócrifos, de extorquir empresários e de usar politicamente seu jornal. “Nossos patrocinadores estão sendo coagidos”, denuncia.

O ápice do “dia do fogo” se daria no dia 11, um domingo. Dados do Instituto Socioambiental

(ISA), o qual monitora os ataques à Amazônia Legal, que congrega os estados do Norte e partes do Maranhão e do Mato Grosso, desde 1994, mostram que nesse dia foram 2.548 pontos de incêndio, contra 1.603 do sábado, 10, e 1.532 da segunda-feira, 12. Na terça-feira, 13, a concentração se elevaria a 2.470 focos, para cair paulatinamente até a última medição disponível, de 20 de agosto, com 894 pontos. O mapa de distribuição do Semas-PA, usado pelo ISA, demonstra que a concentração dos incêndios acompanha o traçado da BR 163, onde está concentrada a produção agropecuária da região. Outro foco, embora menor, está localizado nas densas florestas da região Kayapó, a leste de Novo Progresso, entre os rios Xingu e Araguaia.

“O efeito dos incêndios florestais é um dos ciclos de retroali-

mentação climáticos mais temidos pelos especialistas, pois a floresta deixa de armazenar carbono para virar, ela mesma, fonte de emissão. Um período como esse pode eliminar completamente os ganhos obtidos em períodos recentes, como entre 2004 e 2012, quando o desmatamento foi reduzido em mais de 80% na região. Parece que o Brasil está zombando dessa abordagem de desenvolvimento sustentável”, espanta-se o doutor em Geografia pela UnB Antonio Oviedo, que atua no Programa de Monitoramento do ISA.

Segundo informações preliminares da Polícia Federal (PF), a ordem para o “dia do fogo” partiu de fazendeiros e exploradores de madeira que atuam especialmente em Mato Grosso e no sul do Pará, com foco nas terras indígenas Parakanã, Kayapó e Mundurucu. Apenas na área Parakanã,

às margens da BR 230 (a Rodovia Transamazônica), o satélite de monitoramento AQUA M-T identificou 23 pontos de incêndio. A estratégia foi cercar as terras indígenas (TI) por focos de queimada, como forma de chamar a atenção para as demarcações – contestadas pelo agronegócio.

“As terras indígenas da Amazônia perderam pouco mais de 1% de sua cobertura vegetal nas últimas décadas porque essas populações usam o fogo como prática sustentável de manejo dos roçados. As áreas no entorno das reservas, até um limite de 10 quilômetros das terras indígenas, por sua vez, apresentam um índice de devastação florestal em média de 20%”, completa Oviedo, para quem os ataques deixaram uma mensagem bem clara: se nada for feito para deter essas práticas, a derrubada de mata nativa levará a consequências irreversíveis.

Foto: Victor Moriyama / Greenpeace



Com 431 focos de incêndios, Altamira foi um dos municípios do Pará onde fazendeiros e exploradores de madeira ordenaram o “dia do fogo”

Terras indígenas e reservas florestais

O incêndio criminoso no Pará inspirou outros ataques criminosos. Em Rondônia, no extremo-oeste da Amazônia, grileiros de terra e garimpeiros colocaram fogo em áreas desmatadas e em reservas de proteção ambiental, além de terras indígenas, provocando um aumento de 164% nas

queimadas desde janeiro, em comparação com 2018. Depois do Pará, Rondônia foi o estado que mais registrou aumento no nível de queimadas na região. Conforme a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que atua na região há 25 anos, as terras Uru Eu Wau Wau e Karipuna são as mais visadas, bem como os parques Guajará Mirim (estadual) e Paccás Novos (federal). Só neste ano foram quase 6,5 mil focos de incêndio no estado, mais da metade deles apenas em agosto. No ano passado, Rondônia havia anotado seu mais baixo índice de queimadas, com 2.456 registros.

A ONG WWF-Brasil, a qual monitora a situação da Amazônia a partir dos dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe), informou que até 26 de agosto a intensidade dos incêndios na Amazônia foi 67% maior que a média dos últimos dez anos, com 42.719 focos. À prova de que o alvo é, de fato, a Amazônia vem das estatísticas sobre o aumento das queimadas no país, que foi 29% maior que a média dos últimos dez anos.

A Amazônia brasileira, segun-

do a ONG, já perdeu 790 mil quilômetros quadrados de vegetação, que correspondem a quase 20% do bioma no país. A maior parte dessas áreas (63%) foi destinada a pastagens com baixo grau de eficiência (um boi por hectare ou menos), e outros 20% estão abandonados. “Já temos algumas suspeitas de que o processo de degradação intensa da Amazônia esteja em curso. O principal fator de preocupação é o aumento da duração da estação seca no sul e no sudeste da Amazônia. Nos últimos 30 anos, a estação seca está em média seis dias mais longa por década. A mais duradoura passou de meio mês. Além disso, estudos de ecologia começam a mostrar um aumento da mortalidade de algumas espécies de árvores. Se continuar assim, aquela região acabará virando uma imensa savana, bem degradada”, diz a gerente de Ciências do WWF-Brasil, Mariana Napolitano.

Mesmo que o “dia do fogo” fosse público há pelo menos duas semanas, apenas no dia 23 de agosto o MPF abriu formalmente investigações para apurar a redução das fiscalizações ambien-

tais nos municípios de Santarém, Itaituba e Altamira. No despacho, a autoridade federal deixa claro que, caso seja comprovado, “o desmantelamento das políticas públicas ambientais não se configura mera omissão, mas uma atuação direta e deliberadamente inconstitucional”. Em outro trecho, o documento do MPF registra que o enfrentamento ao desmate ilegal não se insere na discricionariedade administrativa. “Trata-se de uma política de Estado, não de governo, que, como tal, deve ser mantida”, pontua.

No dia 29 de agosto, a Polícia Civil do Pará cumpriu mandados de prisão por conta de desmatamentos e queimadas na região. A Operação Labaredas, concentrada na região de São Félix do Xingu, mirou pelo menos três responsáveis pelos crimes. “As ordens judiciais de busca e apreensão foram cumpridas nas casas dos investigados em Goiânia e em Redenção, no Pará, e na sede de uma fazenda em São Félix do Xingu. Os três procurados não foram localizados e estão foragidos”, informou a Polícia Civil em comunicado.



Foto: WWF-Brasil/Divulgação

Mariana Napolitano, do WWF-Brasil: desmatamento pode transformar a floresta em uma savana



Novas diretrizes foram anunciadas em audiência da Frente Parlamentar de Doação de Órgãos e Comissão de Meio Ambiente na ALRS

Queda no número de doações de órgãos mobiliza o RS

por Clarinha Glock

O estado caiu de primeiro lugar para o terceiro na lista de doações de órgãos na Região Sul nos últimos anos. No Brasil, está em 8º lugar em órgãos transplantados. Para recuperar o pioneirismo e a excelência na área, a nova coordenação da Central de Transplantes do RS contará com o auxílio de especialistas e representantes de hospitais e entidades parceiras

Pioneiro na criação de uma Central de Transplantes, em 1987, o Rio Grande do Sul se manteve em primeiro lugar na lista de doações de órgãos e tecidos na Região Sul até 2005 e, atualmente, caiu para a terceira posição, ficando atrás de Santa Catarina e Paraná. Para devolver o estado ao patamar de 'pioneirismo e excelência', a recém-empossada coordenadora da Central de Transplantes do RS, Sandra Lúcia Coccaro de Souza, irá contar com o auxílio de um comitê consultivo multidisciplinar, que reunirá especialistas e representantes de hospitais e entidades

parceiras. O anúncio foi feito em 30 de agosto, por Eduardo Elsade, diretor do Departamento de Regulação da Secretaria de Saúde, ao qual está subordinada a Central de Transplantes, durante encontro organizado pela Frente Parlamentar de Doação de Órgãos e Comissão de Meio Ambiente na Assembleia Legislativa (ALRS).

DESORGANIZAÇÃO – A queda de doadores no estado se deve em boa parte à burocracia e à desorganização. Além disso, a não remuneração dos profissionais envolvidos, a alta rotatividade de integrantes das Comissões Intra-hos-

pitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (CIHDOTT) e a diminuição dos cursos e treinamentos para capacitação contribuíram para a desmotivação das equipes. "Entre 2017 e 2018, o estado passou por uma desorganização na área hospitalar: houve greves, emergências fecharam, equipes com salários atrasados... Essa situação se refletiu na queda dos números e na estrutura da área de transplantes", admite Elsade.

A nova coordenadora explica que há vontade política para retomar os trabalhos e que serão realizadas reuniões periódicas com o comitê. Entre as ações previstas, estão a rearticulação de câmaras técnicas, a ampliação do diálogo com redes de urgência e emergência para diminuir a subnotificação de morte encefálica, e a promoção de cursos continuados. "Quero visitar os serviços, ouvir e expandir ações", enfatiza Sandra Coccaro.

METAS – Há quatro anos, o médico Valter Duro Garcia tem se dedicado a supervisionar o serviço de transplantes e melhorar o sistema de doações de órgãos em Porto Velho (RO) e Santarém (PA), no norte do país. Agora, fará parte também do comitê consultivo do RS. Ideali-

zador e primeiro coordenador da Central de Transplantes do RS e chefe do Serviço de Transplante Renal da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Garcia sugere estabelecer metas: quantos doadores pode-se obter e o que é preciso fazer para atingir esse objetivo? "Os hospitais são diferentes, com problemas distintos. Tem que saber o que acontece em cada um e realocar profissionais para atender às demandas", observa.

Fernanda Paiva Bonow, médica intensivista pediátrica da Santa Casa e coordenadora da Organização de Procura de Órgãos (OPO1), também integrará o comitê consultivo da Central de Transplantes. Para ela, é preciso fazer uma análise dos pontos críticos em cada região, repensar logísticas de transporte e distribuição de órgãos, cuja demora pode gerar a desistência da doação por parte da família, e investir em treinamentos.

À expectativa com a nova coordenação da Central de Transplantes é igualmente grande no Grupo Hospitalar Conceição (GHC), que, como muitos hospitais, está reestruturando os plantões de sobreaviso de doações devido à contingência econômica. "O apoio da Central de Transplantes é importante para ajudar a encontrar soluções", enfatiza José Luis Toríbio Cuadra, coordenador da CIHDOTT/GHC.

ORIENTAÇÃO – Qualificação profissional permanente, remuneração dos coordenadores de transplantes e implantação de roteiros técnicos em todo o processo de doação são essenciais para melhorar os resultados, atesta o médico Joel Andrade, coordenador da Central de Transplantes de Santa Catarina, cujo modelo, baseado no sistema espanhol, inspirou também o Paraná. "Não adianta esclarecer a população sobre doação de órgãos se os profissionais de saúde não estão capacitados", argumenta. Para a coordenadora da Central de Transplantes do Paraná, Arlene Badoch, a palavra-chave é planejamento. O Paraná, que em 2010 tinha 6,8 doadores por milhão de população (pmp), alcançou em 2018 a taxa de 47,7 doadores pmp – o melhor índice do Sul –, e deve encerrar 2019 com 41 doadores pmp.

Eleições em novembro definirão nova direção do Sinpro/RS

Foi aberto em agosto o processo eleitoral que irá escolher a direção colegiada do Sinpro/RS para o triênio 2020/2022. Reunidos em Assembleia Geral, realizada no dia 17, em Porto Alegre, os professores do ensino privado aprovaram as datas para a realização da eleição, dias 5 a 7 de novembro deste ano, e a Comissão Eleitoral que coordenará o pleito. O processo eleitoral está regulamentado no estatuto do Sinpro/RS e no seu regimento, disponíveis no site da entidade



Foto: Igor Sperotto

Votação eletrônica agilizará o processo e acabará com a contagem manual de votos, como das últimas eleições, que mobilizou dezenas de pessoas

por Edimar Blazina

A Assembleia Geral definiu, ainda, a divulgação das chapas concorrentes pelos canais de comunicação do Sindicato e um apoio financeiro às que forem inscritas. Integram a comissão os seguintes professores: Ana Lúcia Tomazi, Elói João Kirsten, João Batista de Barros Minuzzi, Antonieta Beatriz Mariante, Rejani Maria Friedrich e Rômulo Escolto.

Ainda em agosto, o Sinpro/RS publicou o edital de convocação de eleições para a entidade no jornal *Correio do Povo*. A partir de então, e de acordo com o regimento, até 25 de setembro poderão ser inscritas chapas que concorrerão no pleito. Neste período, a secretaria do Sindicato funcionará de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 18h, na Sede Estadual do Sinpro/RS, em Porto Alegre (Av. João Pessoa, 919).

NOVIDADE – Pela primeira vez, o sistema de votação será totalmente eletrônico. Os professores aptos a votarem poderão fazê-lo por *tablets* disponibilizados nas regionais do Sindicato e na Sede Estadual e diretamente em suas instituições de ensino. Os docentes já aposentados que não lecionam mais ou atuam em escolas com até três eleitores votarão pela internet.

Todo o processo será realizado pela empresa Eleja On Line, especializada em votações deste tipo e tendo em seu portfólio eleições de entidades como Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Conselho Federal de Odontologia, entre outros.

O sistema de votação utilizado neste pleito é criptografado e possui certificações de segurança que permitem auditoria, garantin-

do total segurança ao processo. Além disso, o uso de confirmação de senha e validação de dados dos votantes permite um voto único por usuário, evitando fraudes. Relatórios impressos somente são liberados com inserção das senhas de todos os fiscais, dando confiabilidade ao resultado. Com a mudança para o digital, os procedimentos passam a ser mais ágeis e precisos.

ELEITORES – É considerado eleitor do Sinpro/RS todo associado que na data da eleição tiver mais de três meses de inscrição no quadro social; com as mensalidades quitadas até 30 dias antes das eleições, e estiver dentro dos direitos sociais conferidos no estatuto da entidade. É assegurado o direito de voto ao associado aposentado. “As eleições do Sinpro/RS, mais uma vez, mostram a importância

do fortalecimento da entidade e o que ela representa na defesa dos direitos dos professores da rede privada e na luta por uma educação de qualidade”, explica Amarildo Cenci, diretor do Sindicato.

Neste ano, estão aptos mais de 22 mil associados, fazendo desta a maior eleição já realizada pelo Sindicato. Para o presidente da Comissão Eleitoral, Rômulo Escolto, o período eleitoral é sempre um momento importante para uma entidade sindical. “As eleições no Sinpro/RS têm sempre uma participação muito grande dos professores. O que se deseja é que a categoria possa comparecer às urnas e expressar sua vontade da mesma maneira que ocorreu em momentos anteriores”, diz Escolto. A apuração será no dia 8 de novembro, na sede estadual do Sindicato, em Porto Alegre.

Prazo de indicações ao Prêmio Educação RS se encerra no dia 15

O público interessado em indicar um profissional, um projeto ou uma instituição à premiação tem até 15 de setembro próximo. Para isso, deve acessar o site do Prêmio (www.premioeducacao.sinpro.rs.org.br) e seguir as orientações. O prazo foi prorrogado pelo Sinpro/RS no final de agosto.

Os finalistas em cada categoria serão escolhidos pela Comissão Julgadora ainda neste mês. Serão os mais de 22 mil professores associados ao Sindicato que decidirão os vencedores desta edição, por voto eletrônico, entre os dias 26 de setembro e 8 de outubro. A solenidade de entrega do prêmio está prevista para o dia 18 de outubro, em Porto Alegre, na Sede Estadual do Sindicato (Av. João Pessoa, 919).

COMISSÃO JULGADORA – Todos os anos, a comissão julgadora é escolhida pelo Sinpro/RS

para avaliação das indicações. A comissão é formada por representantes de entidades que atuam no âmbito educacional no estado. Neste ano, compõem a comissão: Daniel Bruno Momoli, doutor em Educação, vice-presidente da Federação de Arte-Educadores do Brasil e membro do Arterversa (Ufrgs); Benedito Tadeu Cesar, professor, mestre em Antropologia Social e doutor em Ciências Sociais; Maria Helena de Oliveira, secretária de Formação da CUT; Clara Glock, jornalista especialista em Comunicação para Conflitos e para a Paz pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB/Espanha); Selenir Corrêa Gonçalves Kronbauer, pedagoga, mestre em Teologia Religião, coordenadora do Grupo Identidade; e Amarildo Pedro Cenci, professor, diretor do Sinpro/RS e Secretário Geral da CUT/RS.

Foto: Igor Sperotto



Troféu Pena Libertária será entregue aos vencedores em outubro

Desde seu lançamento, em 1998, pelo Sinpro/RS, já foram agraciados com o troféu Pena Libertária 21 profissionais, 24 projetos e 21 instituições, além de menções honoríficas em ocasiões especiais.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Enfoque na reforma: novo cálculo com 100% da média dos salários

Na reforma da Previdência estão inseridas: idade mínima para aposentadorias em transição, extinção da aposentadoria por tempo de contribuição, alteração dos percentuais incidentes à renda, alteração da pensão e, também, a alteração da forma de cálculo da base do que será a aposentadoria, e é o que trataremos aqui.

Antes, é importante trazer um dado do próprio INSS, para termos a exata noção da fragilidade de argumentos desta reforma – a média dos valores pagos a título de benefícios do INSS era, em julho de 2019, o valor de R\$ 1.281,76!!! Sim, pouco mais que o salário mínimo!

Pois bem, este valor médio dos pouco mais de 32 milhões de benefícios tem como base para a futura renda a média dos salários recebidos pelos beneficiários, sendo que, hoje, o cálculo é realizado tomando-se o universo de todos os salários desde julho de 1994, sendo excluídos 20% dos salários menores.

Ou seja, aquele valor de R\$ 1.281,76 envolve esta fórmula destinada a todos os benefícios, que está sujeita à alteração dos critérios pela PEC 06/2019. Um dos pilares trazidos na exposição de motivos pelo atual governo era, como imperativo desta nova previdência, a diminuição de desigualdades.

Pois bem, uma coisa é o que se afirma como motivos da reforma, outra é a realidade vindoura; no momento em que se estabelece a nova média tomada por 100% dos salários, é óbvio que haverá aprofundamento das desigualdades, devido ao singelo fato que a resultante de uma média com maior base gerará expressão menor como resultado.

Pouco se falou sobre isto, ao menos nos meios de comunicação, e, quando se falou, é certo que pouco se entendeu, mas vejamos o exemplo de um trabalhador contribuinte desde julho de 1994 até hoje, no teto. Teto este que hoje é R\$ 5.839,45. No exemplo a seguir, tomando-se o teto

e o resultado de uma e outra média é expresso no quadro abaixo:

Valores no teto e média com 80% maiores salários	Valores no teto e média com 100% maiores salários
R\$ 5.568,04	R\$ 5.335,94

Nota-se, de plano, mesmo contribuindo **sempre** no teto, utilizando-se a regra atual mais vantajosa, o valor da média é inferior ao teto em percentual igual a 4,87%; não bastasse isto, se tomarmos a média com 100% dos valores, resulta em expressão ainda menor, ou seja, 9,34% em comparação ao teto e 4,17% em relação à média dos 80% maiores salários.

Será que se o trabalhador tivesse notado tal perda, estaria tão seguro da indicada *diminuição de desigualdades*? Ou será que esta desigualdade não se agravará?

Não se diga que a perda é só em relação a quem contribui pelo teto, pois, ao voltarmos a análise para o salário mínimo, o quadro não é diferente:

Valores no teto e média com 80% maiores salários	Valores no teto e média com 100% maiores salários
R\$ 792,51	R\$ 740,04

Portanto, ao que se vislumbra, todos perdem.

A título de ilustração, projetando-se os percentuais de diferenças entre a média de 80% para 100% dos salários, que é uma redução de 4,17% para aquela média de benefícios, com a reforma aprovada, a média que era de R\$ 1.281,76 seria **menor**, ou seja, R\$ 1.228,31, portanto, perdem todos, inclusive os trabalhadores com rendas menores... Bem-vindos à nova previdência.

A cadeira X saúde e bem-estar

Somadas as horas passadas em reuniões, diante do computador e da TV em casa e, também, ao longo do dia, passam-se muitas e muitas horas na postura sentada. Em alguns casos, mais de 12 horas por dia.

O ALERTA

- Este sedentarismo “oculto” é altamente nocivo. Causa diversos problemas posturais e articulares, além de doenças cardiovasculares e obesidade.
- A postura sentada causa sobrecarga na coluna, em especial ao disco intervertebral, podendo levar ao seu desgaste.
- A musculatura responsável em estabilizar coluna, principalmente os músculos abdominais e da região lombar, passam a ficar mais relaxados e também enfraquecidos, aumentando ainda mais as pressões em excesso sobre a coluna, o que facilita a ocorrência de dor.

A SOLUÇÃO

Pequenas ações (físicas) na rotina diária podem gerar grandes mudanças e tirar você desse “perigo” iminente.

- Realizar movimentos breves durante a jornada de trabalho e mesmo em casa é altamente positivo.
- Na **Plataforma de Bem-Estar do Sinpro/RS – Somos Move**, você vai encontrar muitas orientações de Ginástica Laboral para realizar onde quer que você esteja. A Ginástica Laboral, conhecida como ginástica de pausa, diminui as lesões de esforço repetitivo através de pausas ativas de curta duração.



**Acesse a Plataforma e faça seu cadastro.
É livre e gratuita aos associados do Sindicato!**

Seja bem-vindo!
www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor



ENSINO PRIVADO

Sinpro/RS disponibiliza nova opção de plano de saúde

A partir de setembro, os associados ao Sinpro/RS contam com uma nova opção de plano de saúde. Trata-se do Plano de Assistência *Top Life*, comercializado pelo Centro Clínico Gaúcho e oferecido em condições especiais pelo Sindicato aos professores sindicalizados e seus familiares.

O novo plano visa integrar o programa *Sinpro/RS Saúde*, uma rede de serviços que já conta com as opções de convênios com a Unimed Porto Alegre, Unimed Pelotas e Uniodonto, com valores sempre mais em conta do que os praticados no mercado.

O *Top Life* conta com modalidades de atendimento ambulatorial e hospitalar em rede credenciada, além de oferecer consultas e exames especializados em Porto Alegre, Região Metropolitana e nas cidades de Pelotas e Rio Grande, em rede compartilhada. Os valores de mensalidade do Plano são fruto de uma intensa negociação do Sinpro/RS com a operadora.

“A definição do Sindicato foi no sentido de ampliar as opções de convênios a partir de alternativas com preços compatíveis para as faixas de renda dos professores

que, até agora, não conseguiam se beneficiar das opções do Sinpro/RS Saúde”, afirma Marcos Fuhr, diretor do Sindicato.

Para contratar o novo plano, o professor deverá ser associado ao Sinpro/RS com, pelo menos, seis mensalidades já quitadas, caso seja sócio com pagamento por boleto bancário. Associados por escola estão isentos dessa carência. Mais informações sobre detalhes do funcionamento, troca de plano, adesão e outras dúvidas, os interessados deverão contatar o setor de convênios, na sede estadual, pelo telefone (51) 4009.2930 ou e-mail convencios@sinprors.org.br – e no site do Sindicato (www.sinprors.org.br)

HISTÓRICO – Há 28 anos no mercado, o Centro Clínico Gaúcho tem 20 unidades próprias e três da rede compartilhada com a Multiclínica, para realização de pronto-atendimento, consultas de emergência e com hora marcada em diversas especialidades médicas. Atua em 12 cidades no estado, com mais de 1.600 colaboradores, sendo 70% formado por uma equipe própria de profissionais de saúde, como médicos, odontologistas, enfermeiros e técnicos.

Fotos: Divulgação





MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Projeto expõe o que está por trás da guerra contra a “ideologia de gênero”

O trabalho desenvolvido pelo Reino da Desinformação revela a guerra cultural ultraconservadora que está em curso no Brasil, a estratégia e os principais protagonistas desse movimento

O que leva parte do Brasil a acreditar que uma suposta “ideologia de gênero” represente a grande ameaça à família brasileira e aos currículos escolares? Para responder a essa questão, uma equipe multidisciplinar, formada por jornalistas, cientistas de dados, cientistas sociais e designers, coordenada pela Gênero e Número, organização de mídia orientada por dados com foco nas questões de gênero, decidiu criar o Reino Sagrado da Desinformação, um projeto que reúne pesquisa, análise de redes sociais, semântica e jornalismo de dados, com o objetivo de acompanhar o contexto atual da política brasileira, tendo a questão de gênero como foco central. O site do projeto (www.reinodadesinformacao.com.br) traz reportagens especiais, gráficos e outras visualizações interativas que mostram as conexões entre mídia, igreja e política construídas nos últimos 30 anos no país.

Esse conjunto de trabalhos procura mostrar como se formou o ecossistema político-religioso conservador que criou condições para a propagação pelo país do discurso da chamada “ideologia de gênero”. Para as criadoras do projeto, não há obra divina no governo Bolsonaro, mas muita estratégia, semântica e midiaticização da política e da religião. O processo de disseminação da informação, aponta ainda o projeto, é complexo e sofisticado, envolvendo uma “rede de conexões construída por atores de diferentes campos, na disputa pelo

sentido das palavras e na capacidade de midiaticizar o discurso”. Entre outras pesquisas, o projeto faz uma análise do discurso em mais de cem perfis de extrema-direita, demonstrando como a educação é o principal tema usado na tentativa de sensibilizar a população contra a “ideologia de gênero”.

Uma reportagem especial de Giulliana Biaconi, jornalista formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pós-graduada em Política e Relações Internacionais e fundadora da Gênero e Número, mostra como as palavras “mulher”, “criança” e “escola” são as mais citadas entre aquelas que compõem o universo das palavras-chave nos discursos que abordam o tema da “ideologia de gênero”. Segundo Giulliana, a análise de discurso de perfis no Twitter aponta que a narrativa predominante no ataque às questões de gênero passa, primeiramente, pela educação e pela tentativa de definir o papel da mulher na sociedade, sem abordar explicitamente o feminismo, “que pouco aparece no vocabulário conservador dos tuítes”, assinala.

Um dos objetivos centrais desse ativismo conservador nas redes sociais, nas igrejas, nas escolas e em outros espaços é convencer as famílias brasileiras de que as escolas estão ideologizadas com conteúdos de gênero e sexualidade, que seriam apresentados de forma precoce e mesmo pornográfica aos estudantes. Ideias como laicidade, pluralismo e re-

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil



Entre os extremistas em ação no governo Bolsonaro, ninguém supera a advogada, pastora evangélica e ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que enxerga perversão sexual por todos os lados

conhecimento das diferenças são denunciadas como uma ameaça às crenças e aos valores morais e religiosos das famílias. As escolas e os professores sintonizados com a “ideologia de gênero” estariam usurpando dos pais a responsabilidade pela educação moral e sexual de crianças e adolescentes.

A reportagem cita como exemplo dessa militância conservadora nas redes sociais o perfil do procurador da República Ailton Bedito, um dos perfis que mais tuitaram ambos os termos “criança” e “escola” em um período de cinco meses da análise semântica feita pela Gênero e Número no Twitter. Ao todo, foram 82 menções a “crianças” e 11 a “escolas”. “Recorrentemente, ele tuita também a expressão ‘ideologia de gênero’, acompanhada de termos pejorativos”. Ailton Bedito teve seu nome barrado pelo Ministério Público Federal para ocupar a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), vinculada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Na avaliação do projeto Reino da Desinforma-

ção, ele representa a face mais radical do Brasil bolsonarista que decidiu enfrentar o “fantasma da ideologia de gênero”.

A cruzada antigênero a partir do campo da educação tem uma forte ação nos parlamentos também. Desde 2014, parlamentares conservadores vêm apresentando projetos de lei estaduais, municipais e federal baseados na ideia da “Escola sem Partido”. Em janeiro deste ano, 22 deputados federais, a maioria deles do PSL, apresentaram uma nova versão do Programa Escola sem Partido, que, caso aprovado, seria válido para todos os sistemas de ensino do país. O texto prevê, entre outras coisas, a possibilidade de os alunos gravarem as aulas e proíbe quaisquer manifestações políticas nos grêmios estudantis.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pelo projeto Reino da Desinformação mostra com riqueza de detalhes a guerra cultural ultraconservadora que está em curso no Brasil, a estratégia e os principais protagonistas desse movimento.

Todos os sentidos

por Gilson Camargo

O acompanhamento de bebês e mães atendidos pela Associação de Deficientes Visuais de Novo Hamburgo (Adevis) motivou a professora e pesquisadora Regina Heidrich, integrante do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale, a criar um recurso multissensorial para proporcionar às crianças cegas, com visão subnormal ou com déficit intelectual, a interação com o livro. “Queremos que elas consigam interagir, que aprendam e que gostem de ler”, diz a autora de *Rebeca*, que tem ilustrações de Maurício Hilgert. O livro é um dos cinco projetos classificados no 2º Concurso Nacional do Livro Tátil que irão concorrer ao Prêmio *Typhlo & Tactus*, de 17 a 19 de outubro, em Bruxelas, na Bélgica.

Os livros multissensoriais são desenvolvidos para crianças cegas ou com visão subnormal (baixa visão) e com déficit intelectual, em formato de vídeo com audiodescrição no YouTube, para propiciar interações através do tato, da audição, do olfato e a sinestesia para auxiliar o processo de construção do conhecimento. O texto é em Braille, com caracteres maiores, em negrito e com pictogramas. Todos são feitos manualmente. “As crianças cegas congênitas devem construir a imagem do mundo mediante o uso dos sentidos remanescentes (percepções auditivas, táteis, propioceptivas e cinestésicas). Sabemos que os sentidos não funcio-

nam de forma isolada e, ainda, que nenhum sentido tem a possibilidade de ser substituído, pois são singulares em sua percepção. Assim sendo, a percepção do espaço tátil no cego é diferente que a percepção do espaço visual pelo vidente”, explica.

A obra foi desenvolvida a partir do projeto de pesquisa *SenseBook Livros Multissensoriais* e apresenta atividades simples que irão auxiliar no desenvolvimento sensorial da criança em seu primeiro ano de vida. “As atividades propostas permitem uma primeira experiência de socialização e tornam-se determinantes para o sucesso da inclusão dessas crianças, principalmente no âmbito escolar”, ressalta a pesquisadora.

A iniciativa integra um projeto mais amplo, que visa à inclusão e à popularização dos livros multissensoriais nas escolas. Doutora em Informática na Educação, com atuação nas áreas de inclusão escolar, design inclusivo, acessibilidade, ergonomia cognitiva e tecnologias assistivas, Regina coordena cursos para escolas e professores do Vale do Sinos sobre a produção de projetos baseados em tecnologias de informação e comunicação, estratégias de adaptação audiovisual e comunicação alternativa.

A PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social conta com o Laboratório de Inclusão e Ergonomia (Lapie), o qual integra as atividades de pesquisa, ensino e extensão da Feevale – e mantém oficinas para a adaptação de brinquedos para crianças deficientes. “A inclusão está aí, mas se não tivermos um material adequado, ela não vai acontecer de fato”, destaca.



A professora e pesquisadora Regina Heidrich desenvolveu o livro multissensorial *Rebeca*, que proporciona o acesso à leitura a crianças cegas, com visão subnormal ou com déficit intelectual

PALAVRA DE PROFESSOR

por Gilberto Luiz Ludwig

Professor de Ensino Religioso na rede privada de ensino e de História na rede pública; graduação em Filosofia, especialização em Educação, em Ética, em Ensino Religioso; mestrado em Teologia

Sob cinzas: metáfora e realidade

A reflexão sobre a realidade pode partir de diversas motivações, dependendo da percepção que o pensador tem sobre a realidade e da sua visão de mundo. Pode-se partir da pura admiração, de uma paixão e, entre outras tantas, como diria Enrique Dussel, por indignação ética. Parece improvável, quase impossível, pensar sobre a atual realidade brasileira sem ser motivado por uma profunda indignação ética. A não ser que se joguem mais cinzas sobre ela com o intuito de ocultar o que, de fato, está acontecendo.

Em 28 anos de magistério, nunca poderia imaginar que precisaria escolher conceitos/palavras para ministrar minhas aulas, nas falas e abordagens dos conteúdos para evitar dissabores para com aqueles que optaram pelo retorno do obscurantismo e estão absolutamente seguros de si e prepotentes. Nunca antes precisei insistir com tanta veemência na desconstrução de uma narrativa e senso comum genocidas, e na defesa da ciência, da cientificidade, das humanidades.

Obscurantistas e fanáticos sempre fizeram parte da nossa história e da nossa realidade. Mas recentes acontecimentos deram visibilidade e legitimidade para suas ideias e ações, não somente no Brasil. Qualquer assunto, desde discussões sobre gênero, racismo, sexismo até interpretações sobre fatos históricos ou leituras sobre estes fatos, passa por cores cinzas, querendo ser apresentado em viés superficial, ingênuo, parcial, desconexo, manipulado, numa narrativa estranha às diversas ciências. Quase um deboche ao pensamento científico, crítico, diferente, contextualizado...

Nota-se um triunfo da irracionalidade, da bestialidade, da desumanização movida pelo ódio aos pobres, aos homoafetivos, às minorias étnicas, aos estrangeiros, às mulheres e a tantos outros sujeitos que não cabem no universo dos “homens de bem”. O medo, por sua vez, também faz parte desta irracionalidade, levando à morte todos aqueles que precisam ser eliminados segundo a lógica “witzeliana”. Quem questiona essa irracionalidade é posto à prova, recebendo alcunhas depreciativas por não tecer um discurso neutro (sic).

Cabe, num primeiro momento, resgatar o valor da ciência como conhecimento atento, sistemático e aprofundado, embora, não definitivo, sobre fenômenos ou coisas, que se caracteriza pela racionalidade, por um método, pela observação sistemática para chegar mais próximo à realidade ou ao entendimento desta.

Acima de tudo, cumpre resgatar o papel fundamental da escola, como espaço necessário, intransferível e, quem sabe, para muitos estudantes, o único onde se trabalha com informações qualificadas, onde há espaço para o conhecimento historicamente produzido, revisto e reproposto. Que a escola possa ser o lugar do conhecimento, da ciência e que os educadores possam cumprir à altura sua tarefa. Parafraseando Peter Burke, que os educadores possam lembrar à sociedade o que ela quer esquecer. A esperança é de que o conhecimento, a ciência possam ‘des-cobrir’ a realidade coberta pelas cinzas do obscurantismo, pelo fanatismo e pela irracionalidade o quanto antes.

Os artigos para esta seção devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com 2.300 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sinprors.org.br.

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclasse@sinprors.org.br.



Um protocolo para as escolas

A educação tem sido vilipendiada em tal dimensão que, em muitas escolas, produziu-se um ambiente de desalento. Muitos são os professores que, diante de pressões como o arrocho, o parcelamento de salários ou as milícias medievais que os acusam de "subversivos", adoecem ou perdem o ânimo de enfrentar qualquer nova exigência profissional



Foto: Ederson Nunes/CMFA

Previne foi entregue à Comissão de Educação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre no final de agosto

Brasil se ressent de políticas públicas eficientes. Na área da prevenção à violência, essa carência é ainda mais sentida. O tema da segurança pública, por seu turno, há muito deixou de ser uma preocupação menor, restrita às áreas urbanas abandonadas pelo Poder Público. Reduzir a criminalidade e a incidência de práticas violentas, fenômenos amplamente disseminados no Brasil, constitui, na verdade, um dos principais desafios de nossa época.

A violência está presente nas escolas, não apenas em seu entorno, mas também em suas interações cotidianas, o que tem colocado os professores diante de novas situações, algumas delas dramáticas, para as quais eles não foram preparados. As faculdades de Pedagogia e a maior parte da literatura especializada em educação no Brasil ainda mantêm com o tema da violência uma relação de estranheza. Ao mesmo tempo, a realidade vivida pelos professores brasileiros dificulta em muito qualquer debate ou iniciativa de formação. A educação tem sido vilipendiada em tal dimensão que,

em muitas escolas, produziu-se um ambiente de desalento. Muitos são os professores que, diante de pressões como o arrocho, o parcelamento de salários ou as milícias medievais que os acusam de "subversivos", adoecem ou perdem o ânimo de enfrentar qualquer nova exigência profissional. Há uma tendência, por isso, de identificar todo novo tema ou meta como uma sobrecarga.

Para se contornar as dificuldades e viabilizar que as escolas possam cumprir um papel destacado na prevenção à violência, é preciso que elas sejam amparadas e que o Poder Público garanta um trabalho em rede que articule as áreas de saúde, assistência social e segurança com as escolas, em cada território. A atuação conjunta dos serviços públicos de ponta, tendo como base os territórios, evita que as mesmas situações e pessoas sejam abordadas com iniciativas avulsas por diferentes áreas, com desperdício de recursos e baixa resolutividade. Para agir conjuntamente, esses serviços devem se reunir periódica e sistematicamente para debater os casos que merecem uma respos-

ta pública e definir qual a melhor abordagem, de acordo com cada um deles.

O segundo passo é dispor de Protocolos de Atuação com as iniciativas que a Escola deve desenvolver em diferentes áreas. Essa é uma forma de estruturar políticas públicas, facilitando sua aplicação. Alguns serviços públicos possuem protocolos que estruturam seus procedimentos, sendo que a área da Saúde nos oferece o exemplo mais significativo. Na educação estamos longe disso, o que só reforça a urgência de inovar. Nesse particular, tive a enorme satisfação de coordenar, em nome do Instituto Cidade Segura, um esforço coletivo de pesquisadores e várias instituições da sociedade civil de Porto Alegre, que redundou, ao final de agosto, na entrega à Comissão de Educação da Câmara Municipal de um Protocolo de Prevenção à Violência nas Escolas (Previne – disponível em: <http://camarapoa.rs.gov.br/arquivos/3334/download>).

A proposta, que será levada à Prefeitura como sugestão, esteve em consulta pública na Internet por 45 dias, oportunidade em

que recolheu novas contribuições. Nela, sistematizamos 42 propostas com base em evidências encontradas em estudos científicos nacionais e internacionais, dispostas em seis pontos: a) clima escolar; b) riscos e ameaças nas escolas; c) medidas *antibullying*; d) ideação suicida e automutilação; e) disciplina e tratamento de conflitos e f) armas de fogo. Ao final, o Protocolo apresenta um *check list* com 65 itens a serem respondidos periodicamente pelas direções a respeito da realidade enfrentada em cada escola, o que facilita as tarefas de gestão e monitoramento.

Seria muito importante que o Previne fosse amplamente debatido pelas escolas e que fosse tomado como um documento-referência para o desenvolvimento de políticas efetivas de prevenção à violência, orientando a capacitação de professores em todos os lugares onde ainda existir esperança e vontade de superar realidades adversas. O Protocolo, penso, poderá ser também uma forma de resistência, afirmando, em um tempo obscuro, a razão e a ciência em sua casa mais importante, a escola.

Um
Paganini
da flauta
doce



por Gilson Camargo

Realizado pela professora e regente musical Cecília Rheingantz Silveira, o projeto Orquestra Villa-Lobos converteu a única escola municipal da Vila Mapa, zona leste de Porto Alegre, em porta de acesso dos jovens da periferia de Porto Alegre ao mundo da música. Há quase três décadas, o programa proporciona a 700 crianças e adolescentes os primeiros contatos com os instrumentos musicais e seus acordes, com o objetivo de mantê-las longe da atmosfera de violência, falta de oportunidades e invisibilidade que impera na periferia da capital gaúcha. E não são raros os alunos que saem dali para carreiras internacionais como virtuosos da música nos mais diversos gêneros.

É o caso do porto-alegrense Vladimir Soares, 34 anos, que começou a estudar flauta na Villa-Lobos aos 11 e, atualmente, vive na Alemanha, onde cursou os mestrados em Flauta Doce e Música de Câmara, na Escola Superior de Música de Stuttgart, e ministra aulas em escolas regulares e projetos sociais. Vladimir ressalta que a música pode fazer a diferença para a maioria dos jovens da periferia, dependendo das oportunidades. "A escolha pela música mudou minha vida a partir do momento em que vi que seria possível viver fazendo aquilo que eu gosto e fazendo da música a minha profissão", resume.

PIZZICATO – "Como se pode tocar flauta tão extraordinariamente rápido com a maior natura-

lidade, como se fosse tão fácil? E como se pode tocar uma flauta em dó como se fosse um Stradivari?", espanta-se o crítico musical Ernst Leuze em um artigo publicado no jornal alemão *Wernauer Anzeiger*, no qual compara Soares ao revolucionário violinista italiano Niccolò Paganini (1782-1840).

A comparação evoca um dos primeiros instrumentistas do romantismo musical e até hoje insuperável como melhor violinista de todos os tempos. Paganini interferiu na história da música ao mostrar a pianistas como Liszt, Vivaldi e Mozart novas formas de tocar, explorando a técnica e a virtuosidade de um instrumento. É o que o brasileiro faz com a flauta doce, segundo Leuze. "Muitos músicos jovens e ambiciosos até conseguem tocar com um som bonito e rápido, mas estruturar com coerência musical, construir exuberantes ornamentos estilisticamente diferenciados, e ainda com um carisma atraente: isso só se vê em ano de jubileu. Vladimir Soares conseguiu imitar inclusive o som do pizzicato do violino na obra *Zigeunerweisen*, de Pablo Sarasate", escreveu.

FORMAÇÃO – Ainda em Porto Alegre, nos anos 1990, depois de um aprimoramento com a professora Mariana Hoffmeister nesse que era o instrumento musical mais popular da Idade Média, Soares formou-se em Música, com habilitação em Flauta Doce na classe da professora Lucia Carpena, na Ufrgs; e em técnico musical pela EST/RS (classe de Luciane Cuervo e Juliana Pedrini). Venceu o concurso Jovens Solistas da Or-

questra de Câmara Fundarte em três edições consecutivas, de 2008 a 2010, e os concursos de Solistas do Departamento de Música da Ufrgs e Jovens Solistas da OSPA em 2011.

De 2009 a 2012, integrou o Flautarium da Ufrgs, grupo coordenado pela professora Carpena. Desde 2001, atua como educador musical, ministrando aulas de flauta doce em escolas de música, de ensino regular, ONGs e instituições culturais no Brasil e na Alemanha.

Uma turnê por Novo Hamburgo, São Leopoldo, Barra do Ribeiro, Dois Irmãos e Porto Alegre marcou o lançamento do primeiro álbum, *Anna Bon di Venezia*, gravado em Londres em outubro de 2018, pelo selo *Drama Musica*, no âmbito do projeto *DONNE, Women in Music*. Com Vladimir Soares (flauta doce) e Fernando Rauber (espineta), o programa apresentou sonatas de *Anna Bon di Venezia*, de Antonio Vivaldi e Dario Castello, além do *Concerto em Ré Menor RV 522*, de Vivaldi.

A seguir, o músico fala sobre o lançamento do primeiro álbum solo, aborda a sua opção pela música e explica que, como professor, busca a aproximação dos alunos a partir daquilo que eles já conhecem, uma vez que a maioria não está habituada a ouvir esse gênero no Brasil.

Extra Classe – Por que a música erudita?

Vladimir Soares – Optei pela música erudita (barroca e contemporânea, que integram a maior parte do meu repertório), assim

como pela não erudita, quando tive a oportunidade de entrar em contato com a música no projeto Orquestra Villa-Lobos. Lá, tocávamos vários estilos e gêneros musicais, do popular ao erudito. E a escolha pela música mudou minha vida a partir do momento em que vi que seria possível viver fazendo aquilo que eu gosto e fazendo da música a minha profissão.

EC – O crítico musical Ernst Leuze te identificou como um Paganini da Flauta Doce...

Soares – Fico muito feliz recebendo um elogio como esse. É realmente muito gratificante ver meu trabalho sendo reconhecido.

EC – Na tua opinião, a música é fator de mobilidade social?

Soares – Pode ser. Tudo vai depender das oportunidades que o músico tiver.

EC – O gênero é acessível para os jovens da periferia?

Soares – O barroco é um tipo de música que muitas pessoas aqui no Brasil, culturalmente, não estão habituadas a ouvir. Já trabalhei em periferias e também em bairros não periféricos e, de modo geral, os jovens conhecem muito pouco esse repertório. Eu, como professor, tento aproximar meus alunos da música erudita a partir do que eles trazem e conhecem: alguns movimentos de *As 4 Estações*, de Vivaldi, por exemplo, creio que sejam bem conhecidos. E a partir daí consigo aproximar os alunos da música erudita, trazendo obras que eles ainda não conhecem.



Com a sua força, mais gente vai ouvir

O Projeto **Ecarta Instrumental** proporcionará 18 shows musicais com apresentações em Lajeado, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, Novo Hamburgo e Porto Alegre. Está tudo pronto, só falta a sua contribuição.

Faça sua doação para o Projeto e abata do seu Imposto de Renda

acesse ecarta.org.br e saiba como contribuir



FRAGA

Declarações não declaradas

Declaro, em pleno domínio das minhas faculdades mentais, que sou a favor da reabertura dos hospícios



Declaro, para os devidos fins, que vou parar de declarar para os devidos fins. Declaro que, aos dias tanto de tanto de dois mil e tanto, deixei de me ocupar e me preocupar com o calendário.

Declaro, para fim nenhum, que não tô a fim de coisa alguma.

Declaro que, por motivos de força menor, não gosto da força do hábito e muito menos do hábito da força.

Declaro que li, aceitei e concordo com os termos desconexos em anexo.

Declaro, nas formas da lei, que acho tudo ilegal.

Declaro, pela presente, que estarei ausente a partir da minha missa de corpo presente.

Declaro, conforme os dispositivos vigentes, que estou desconforme com tudo que esteja em vigor.

Declaro, em sã consciência, que meu inconsciente não é meu.

Declaro, com vistas aos seguintes objetivos, que de agora em diante darei mais valor à subjetividade.

Declaro e assino embaixo que sou completamente analfabeto.

Declaro, e assumo toda a responsabilidade por isso, que tenho sido e continuarei sendo um irresponsável.

Declaro que, segundo a portaria N° 46, não sou portador de portas.

Declaro, em concordância com todas as normas, que só concordarei com as Normas, sobretudo as solteiras.

Declaro, atendendo a pedidos, que não atenderei mais ninguém.

Declaro, mediante testemunhas, que meu testemunho é que não vi nada, não ouvi nada nem sei de nada.

Declaro, a quem interessar possa, que não possuo interesses.

Declaro, errôneo, que só cometo erros de maneira errática e por razões erradas.

Declaro, dono das minhas prerrogativas, que tudo que digo é sem propriedade.

Declaro, em pleno domínio das minhas faculdades mentais, que sou a favor da reabertura dos hospícios.

Declaro, sob as leis divinas, que sou ateu.

Declaro, pela oportunidade a mim concedida aqui, que sou contra oportunistas e detesto oportunismo.

Declaro, em nome dos bons costumes, que não me acostumo com nada.

Declaro, para a posteridade, que não tenho pôsteres nas paredes.

Declaro, para finalizar essas declarações, que jamais declarei algo para este jornal.



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em ecarta.org.br ou 51. 4009.2971.

SHOWS

Porto Alegre | 18h | entrada franca

14/9 – Duo Vento Madeira apresenta *Terra*.

28/9 – Andreia Cavalheiro apresenta *Linha do Tempo*.



Foto: Daniel Moragas

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | entrada franca

Até 29/9, em cartaz *Como faremos para desaparecer*, do artista Eduardo Montelli, com curadoria de Charlene Cabral.

Visitação: de terça a sexta-feira, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h.

28/9, 10h às 12h, Cruzamentos | Inscrição gratuita

Encontro de engajamento para professores, com artista da mostra em cartaz e convidadas Isabel Ramil e Paula Trusz. Mediação: Claudia Hamerski.

VINHO Porto Alegre

Um duelo divertido: Brasil X Portugal.

Apresentação: Maria Amélia Duarte Flores.

4/9 | 19h30 | Inscrição: R\$ 55,00.

CULTURA DOADORA

Porto Alegre

18/9, 14h – O processo da doação de órgãos ao transplante

Ministrante: Dagoberto Rocha, enfermeiro integrante do Hospital São Lucas da PUC/RS, especialista em transplantes.

Público: Advogados, estudantes e funcionários da Advocacia Geral da União.

27/9, 18h30, entrada franca – Show dos Los 3 Plantados em comemoração ao Dia Nacional da Doação de Órgãos.

Local: Fundação Ecarta.



Foto: Fernanda Chemale

29/9, 10h às 14h, Ação informativa do Cultura Doadora.

Distribuição de materiais informativos e esclarecimentos sobre a doação de órgãos e tecidos e os transplantes.

Local: Brique da Redenção.

Brochier

26/9, 10h – Doação de órgãos e tecidos. Vamos falar sobre isso?

Ministrante: Carla Giuliane, psicóloga do Hospital Montenegro, e Glaci Borges do Cultura Doadora, coordenadora do Cultura Doadora.

Público: Comunidade da Vila Nova de Brochier.

Local: Pavilhão Comunitário.

Montenegro

26/9, 14h – Cultura Doadora, um projeto permanente.

Ministrante: Glaci Borges, coordenadora do projeto.

Público: Funcionários do Hospital Montenegro 100% SUS.



VERISSIMO

Sintomas

O exercício do poder sem controles pode parecer uma forma de loucura, ainda mais se o poderoso já tem uma tendência autocrática e a convicção de que pode tudo

Catch 22 é o título de um romance satírico do americano Joseph Heller, que já morreu. O livro foi publicado no Brasil com o título de *Ardil 22*. Deu um bom filme, dirigido pelo Mike Nichols. A história se passa na Segunda Guerra Mundial, numa base da qual diariamente decolam aviões americanos para bombardear a Alemanha. Os bombardeios são feitos à luz do dia, as perdas de homens e aviões a cada missão são apavorantes – e não é incomum um piloto decidir largar sua carga de bombas no Canal da Mancha e voltar para a base sem enfrentar os caças e o fogo antiaé-

reo do inimigo. Um piloto que não foge do horror, e é o personagem principal do livro, pede para ser dispensado das missões por questões médicas. Seus nervos não aguentam mais o risco diário de ser abatido sobre a Alemanha. Cada missão pode ser a sua última. Ele não dorme. Não come. Não para de pensar no seu avião mergulhando em chamas e levando junto toda a sua tripulação. Está ficando louco.

A junta médica que examina a reivindicação do piloto conclui que ela é perfeitamente razoável, e por isso mesmo não pode ser atendida. Existe uma diretriz chamada *Catch 22*, segundo a qual só uma pessoa anormal não enlouqueceria com a perspectiva da morte quase certa. Portanto, enlouquecer é uma prova de sanidade. O piloto do livro está perfeitamente capaz de voltar para o seu avião e enfrentar a morte como uma pessoa normal.

Mas esta crônica não é sobre lógica militar, é sobre uma questão correlata: como e quando se decide que alguém enlouqueceu? Quais são os sintomas indiscutíveis de loucura? Qual é a diferença entre loucura e comportamento excêntrico, ou apenas anticonvencional?



Quando a pessoa sobre a qual se tem dúvidas – enlouqueceu ou só surtou? – tem o poder, a coisa se complica. O exercício do poder sem controles pode parecer uma forma de loucura, ainda mais se o poderoso já tem uma tendência autocrática e a convicção de que pode tudo. Dois exemplos de poder maluco nos vêm da Roma antiga: o imperador Nero pondo fogo na cidade e depois alegando que dormiu com um cigarro aceso, embora o cigarro ainda não tivesse sido inventado, e o imperador Calígula, que tentou nomear seu cavalo favorito, Incitatus, cônsul de Roma, afirmando que não havia nepotismo porque Incitatus não era nem primo, sendo dissuadido por um Senado que, na época, parece, tinha o senso do ridículo.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Faça a conta!

Reajuste salarial

+

Desconto nas mensalidades para dependentes

+

Plano de saúde

+

Adicional por tempo de serviço

+

Adicional por aprimoramento acadêmico

Quanto isso tudo representa no seu salário?

Essas são algumas conquistas do Sinpro/RS para você.

Contribuir com o Sindicato dá nisso!

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

